

**Banco Cooperativo do Brasil S.A. -
BANCOOB**

Demonstrações Contábeis Consolidadas
em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de
2016

Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Demonstrações Contábeis:

Balanço Patrimonial Consolidado	3
Demonstração Consolidada do Resultado	5
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	6
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	8

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis:

Nº	Título	Página
1	Contexto operacional	9
2	Apresentação e Base de Preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas	9
3	Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos	10
4	Resumo das Principais Práticas Contábeis	11
5	Receita Líquida com Juros	22
6	Receita Líquida de Tarifas e Comissões	22
7	Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais	23
8	Despesas com Pessoal	24
9	Outras Despesas Administrativas	24
10	Caixa e Equivalentes de Caixa	25
11	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	25
12	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	27
13	Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	27
14	Empréstimos e Recebíveis de Clientes	27
15	Operações Compromissadas	28
16	Imobilizado	29
17	Outros Ativos e Outros Passivos	30
18	Depósitos	31
19	Obrigações por Operações Compromissadas	31
20	Valores a Pagar a Instituições Financeiras	31
21	Provisões, Passivos e Ativos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias	32
22	Imposto de Renda e Contribuição Social	34
23	Patrimônio Líquido	36
24	Valor Justo dos Instrumentos Financeiros	38
25	Garantias Financeiras Prestadas	42
26	Capital Regulatório e Limites de Imobilização	43
27	Gerenciamento de Riscos	43
28	Transações com Partes Relacionadas	62
29	Outras divulgações	64
	Composição do Conselho de Administração e Diretoria	66
	Relatório da Administração	67
	Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	76
	Parecer do Conselho Fiscal	78
	Relatório dos Auditores Independentes	79

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob
Balço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS	10	7.055.912	3.375.442
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	11	12.271.451	9.078.063
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		2.213	-
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	12	122.885	107.751
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL	13	485.741	226.077
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		12.130.911	11.433.988
Empréstimos e recebíveis de clientes	14	11.558.673	10.558.517
Operações compromissadas	15	572.238	875.471
INVESTIMENTOS		20.281	-
IMOBILIZADO	16	104.239	105.111
ATIVOS INTANGÍVEIS	4.2	43.594	41.878
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	22	20.690	13.779
OUTROS ATIVOS	17	2.192.697	758.609
TOTAL DO ATIVO		34.450.614	25.140.698

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob
Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro
 (Em milhares de Reais)

(Continuação)

PASSIVO	Nota	2016	2015
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO			
		29.589.016	22.137.118
Depósitos	18	25.711.189	18.839.119
Letras de crédito do agronegócio	19	183.921	34.722
Obrigações por operações compromissadas	20	1.343.538	1.237.726
Obrigações por empréstimos e repasses	21	2.350.368	2.025.551
PASSIVOS FISCAIS			
		171.031	114.969
Impostos correntes	23 (f)	139.896	85.561
Impostos diferidos	23 (d)	31.135	29.408
OUTROS PASSIVOS			
		3.275.860	1.795.172
Outras obrigações	17 (b)	3.273.294	1.792.541
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	22 (a)	2.566	2.631
TOTAL DO PASSIVO		33.035.907	24.047.259
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		1.414.707	1.093.439
Capital social	24 (a)	1.164.179	893.832
Reserva de capital	24 (b)	45	45
Reserva de lucros	24 (c)	178.072	130.678
Ajustes de avaliação patrimonial	24 (e)	23.988	27.642
Ações em tesouraria	24 (f)	(26)	(26)
Lucros acumulados		42.514	36.922
Participação de não controladores		5.935	4.346
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.450.614	25.140.698

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob
Demonstração Consolidada do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas com juros e similares		3.238.875	2.596.917
Despesas com juros e similares		<u>(2.871.737)</u>	<u>(2.253.481)</u>
RECEITAS LÍQUIDAS COM JUROS	5	367.138	343.436
Receitas de tarifas e comissões	6	492.670	386.283
Despesas de tarifas e comissões	6	(119.096)	(86.699)
Resultado de equivalência patrimonial		281	-
Variações cambiais (líquidas)		(2.015)	1.501
Despesas com pessoal	8	(130.189)	(109.615)
Despesas tributárias		(99.187)	(76.371)
Outras despesas administrativas	9	(273.793)	(242.892)
Despesas de depreciação		(3.697)	(3.398)
Despesas de amortização		(1.435)	(1.152)
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)		<u>(8.625)</u>	<u>(5.030)</u>
Empréstimos e recebíveis	14.2	(8.625)	(5.030)
Outras receitas (despesas) operacionais	7	<u>84.805</u>	<u>18.502</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		306.857	224.565
Tributos Correntes	23 (f)	(140.191)	(85.557)
Tributos Diferidos		3.303	(5.783)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		169.969	133.225
Atribuível à controladora		168.380	131.805
Atribuível aos não controladores		1.589	1.420

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	<u>169.969</u>	<u>133.225</u>
Outros resultados abrangentes (itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado)		
Mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 24 (g))	<u>(5.101)</u>	<u>450</u>
Outros resultados abrangentes antes dos tributos	<u>(5.101)</u>	<u>450</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) não realizados	<u>1.883</u>	<u>(180)</u>
Outros resultados abrangentes líquidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Nota 11.2)	<u>(3.218)</u>	<u>270</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>166.751</u></u>	<u><u>133.495</u></u>
Atribuível à controladora	165.162	132.075
Atribuível aos não controladores	1.589	1.420

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Líquido Atribuível à Controladora						Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio	
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria			Total do Patrimônio Líquido Atribuível à Controladora
Em 31 de dezembro de 2014	705.370	45	83.099	27.808	24.434	-	840.756	-	840.757
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	131.805	-	131.805	-	131.805
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	270	-	-	270	-	270
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	270	131.805	-	132.075	-	132.075
Aumento de capital (Nota 24 (a))	188.462	-	-	-	-	-	188.462	-	188.462
Dividendos propostos de exercícios anteriores (Nota 24 (d))	-	-	(66.486)	-	-	-	(66.486)	-	(66.486)
Realização de parcela da depreciação - custo atribuído imóvel	-	-	-	(436)	436	-	-	-	-
Ações em tesouraria (Nota 24 (f))	-	-	-	-	-	(26)	(26)	-	(26)
Constituição de reservas - destinações do lucro (Nota 24 (c))	-	-	114.065	-	(114.065)	-	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 24 (d))	-	-	-	-	(5.688)	-	(5.688)	-	(5.688)
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	4.345	4.345
Em 31 de dezembro de 2015	893.832	45	130.678	27.642	36.922	(26)	1.089.093	4.345	1.093.439
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	168.380	-	168.380	-	168.380
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	(3.218)	-	-	(3.218)	-	(3.218)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(3.218)	168.380	-	165.162	-	165.162
Aumento de capital (Nota 24 (a))	270.347	-	-	-	-	-	270.347	-	270.347
Dividendos propostos (Nota 24 (d))	-	-	(108.077)	-	-	-	(108.077)	-	(108.077)
Realização de parcela da depreciação - custo atribuído imóvel	-	-	-	(436)	436	-	-	-	-
Ações em tesouraria (Nota 24 (f))	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas - destinações do lucro (Nota 24 (c))	-	-	155.471	-	(155.471)	-	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 24 (d))	-	-	-	-	(7.753)	-	(7.753)	-	(7.753)
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	1.589	1.589
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.164.179	45	178.072	23.988	42.514	(26)	1.408.772	5.935	1.414.707

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para os exercícios
findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
1. Fluxos de caixa das atividades operacionais		
	324.992	242.799
Ajustes ao lucro		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	306.858	224.565
Perdas nos valores recuperáveis de empréstimos e recebíveis	8.625	5.030
Participação nos lucros	8.621	7.729
Depreciações e amortizações	5.131	5.643
Resultado de equivalência patrimonial	(281)	-
Juros pela venda do imobilizado	(2.917)	(3.188)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.764	2.920
Outros ajustes	(2.809)	100
Aumentos líquidos nos ativos operacionais	(5.606.722)	(1.633.229)
Depósitos compulsórios no Banco Central	(259.664)	139.527
Ativos financeiros para negociação	(2.213)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(3.190.170)	(88.698)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(15.134)	(12.587)
Empréstimos e recebíveis	(705.316)	(1.112.513)
Outros ativos	(1.364.085)	(508.078)
Imposto de renda e contribuição social (compensados)	(70.140)	(50.880)
Aumentos líquidos nos passivos operacionais	8.836.006	2.827.634
Depósitos	6.872.070	2.280.279
Letras de Crédito do Agronegócio	149.199	31.020
Obrigações por operações compromissadas	105.812	(445.587)
Obrigações por empréstimos e repasses	324.817	209.509
Outros passivos (Passivos fiscais diferidos, outras obrigações e provisões trabalhistas, fiscais e cíveis)	1.384.107	752.413
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	3.554.275	1.437.204
2. Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	(30.559)	(48.681)
Participações societárias	(20.000)	(44.317)
Imobilizado	(5.995)	(2.826)
Ativo intangível	(4.564)	(1.538)
Alienação	172	96
Imobilizado	172	72
Ativo intangível	-	24
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(30.387)	(48.585)
3. Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	270.347	188.462
Aquisições de ações de própria emissão	-	(26)
Dividendos distribuídos	(113.765)	(70.179)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	156.582	118.257
Aumento (diminuição) líquido do caixa e equivalente de caixa	3.680.470	1.506.876
4. Modificação na posição financeira		
Aumento (diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	3.680.470	1.506.876
No início do exercício	3.375.442	1.868.566
No final do exercício	7.055.912	3.375.442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob (“Bancoob”, “Instituição” ou “Banco”) foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BC”) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“Sicoob”).

As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais, implantação do sistema de controles internos e serviços de tecnologia da informação.

Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

A Diretoria Colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que as aprovou em reunião realizada em 14 de março de 2017.

2 Apresentação e Base de Preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas

a. Base de Preparação

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas requer, de acordo com os IFRS, o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos e premissas por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

b. Declaração de Conformidade

Em atendimento à Resolução CMN 3.786, de 24 de setembro de 2009, estas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Alterações de Pronunciamentos Existentes

c.1) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros** - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes** - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3 Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer que a Administração utilize julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Para tanto, são efetuadas com base em premissas e fatores objetivos e subjetivos para a determinação dos valores apresentados, principalmente aqueles relativos às perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis (*impairment*) (Nota 14), às provisões para ações judiciais (Nota 22) e ao valor justo dos instrumentos financeiros disponíveis para venda, em função das metodologias internas utilizadas para precificá-los (Nota 25).

Tais valores afetam ativos e passivos da Instituição em períodos futuros, pois a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As estimativas foram revisadas ou ajustadas para refletir a melhor estimativa na data do encerramento das demonstrações contábeis.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Bancoob foram utilizadas e vêm sendo aplicadas de forma consistente, conforme descrito a seguir:

4.1 Base para Consolidação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis das subsidiárias estão consolidadas com as do Bancoob. Conseqüentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. A data-base das demonstrações contábeis das empresas controladas utilizada na consolidação é a mesma da controladora.

As empresas controladas Ponta Administradora de Consórcios Ltda. (“Consórcio Ponta”), Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Bancoob DTVM”), Cabal Brasil Ltda. (“Cabal”) e a Bancoob PAR Seguridade S.A. (“Bancoob PAR”) estão incluídas na consolidação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Estão apresentadas a seguir, as principais informações financeiras das empresas controladas:

	Bancoob DTVM		Consórcio Ponta		Cabal Brasil Ltda. (a)		Bancoob PAR Seguridade	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo Circulante	3.231	4.364	9.282	7.052	32.860	67.122	615	4.000
Ativo Não Circulante	3.936	1.792	18.317	12.941	57.094	4.040	20.281	-
Total do Ativo	7.167	6.156	27.599	19.993	89.954	71.162	20.896	4.000
Passivo Circulante	2.959	2.081	10.730	8.529	60.288	49.438	4	-
Passivo Não Circulante	-	-	291	445	-	-	-	-
Total do Passivo	2.959	2.081	11.021	8.974	60.288	49.438	4	-
Patrimônio Líquido	4.208	4.075	16.578	11.019	29.666	21.724	20.892	4.000
Receitas	8.419	6.241	49.155	36.287	55.898	43.202	1.237	-
Resultado de operações em continuidade	1.166	1.360	5.559	3.980	7.942	5.083	956	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	67	7	12	3.097	4.433	615	4.000
Participação de não controladores	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	20%	20%	-	-

(a) O Bancoob em 2015 tornou-se controlador da Cabal Brasil Ltda. depois da aquisição de 29% da empresa.

4.2 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das entidades que compõem o balanço consolidado do Bancoob.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

4.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por disponibilidade em moeda nacional, reservas livres no Banco Central do Brasil, disponibilidades em moedas estrangeiras, operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos em até 90 dias. Esses instrumentos não apresentam mudança significativa nos seus valores justos em função de mudanças nas taxas de juros. São utilizados pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 10).

4.4 Operações Compromissadas

As operações de compra/venda realizadas com contratos de revenda/recompra são registradas nas demonstrações contábeis consolidadas como aplicações (captações) com base na natureza do saldo, se devedor ou credor. A depender do prazo, podem ser classificadas como caixa e equivalentes de caixa, ou ainda serem classificadas dentro do grupo de empréstimos e recebíveis. As captações estão classificadas como “Obrigações por operações compromissadas” no grupo de Passivos financeiros ao custo amortizado e são mensuradas inicialmente ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado com a incorporação de juros e eventuais custos de transação.

A diferença entre o preço de compra/venda e o preço de revenda/recompra é reconhecida como receita ou despesa de juros com base na taxa efetiva de juros.

4.5 Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas do período a que se referem. As receitas e os custos associados às transações são reconhecidos quando puderem ser confiavelmente mensurados de acordo com a conclusão dos estágios de cada transação e ainda, quando for provável que os benefícios econômicos decorrentes destas operações fluirão para a Instituição de acordo com o IAS 18.

4.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados pelo Bancoob de acordo com a sua natureza e com a intenção do Banco em relação a esses instrumentos. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

a. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os resultados decorrentes de alterações no valor justo destes ativos são reconhecidos, líquidos dos respectivos efeitos tributários, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

no Patrimônio Líquido. Os ativos classificados nesta categoria referem-se àqueles decorrentes de aplicações em depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários (vinculados a operações compromissadas, vinculados ao Banco Central do Brasil e vinculados à prestação de garantias).

b. Ativos Financeiros para Negociação

Os ativos classificados nesta categoria são aqueles decorrentes de aplicações em Letras Financeiras (LFs) e tem o objetivo de serem frequentemente negociados no curto prazo. Os ajustes decorrentes do valor de mercado destes ativos são reconhecidos no resultado do período a que se referem.

c. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

São ativos não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo. O Bancoob somente classifica instrumentos financeiros nesta categoria quando adquire o instrumento com esta intenção e tenha capacidade de manter até o vencimento. São mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo. Estas operações são contabilizadas na data de sua ocorrência e registradas inicialmente pelo valor justo.

d. Depósitos Compulsórios

Correspondem aos valores representativos dos depósitos compulsórios no Banco Central, decorrentes de exigência normativa. São incidentes basicamente sobre depósitos à vista e de poupança.

e. Empréstimos e Recebíveis de Clientes

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Estes instrumentos são contabilizados na data da operação e mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se a taxa efetiva de juros.

f. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado e Outros Passivos

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando decorre de obrigação contratual de efetuar a sua liquidação por meio de entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro.

São compostos por depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, obrigações por operações compromissadas e dívidas subordinadas de curto e longo prazo que são as fontes de captação do Bancoob para financiamento dos ativos. São inicialmente mensurados ao valor justo e acrescidos dos custos de transação quando de sua ocorrência, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Compõem-se ainda, de valores a pagar cuja obrigação represente o valor justo do passivo, como as obrigações tributárias, férias e valores a pagar a fornecedores.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.7 Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) de Ativos Financeiros

O Bancoob avalia ao final de cada período de relatório consolidado, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Sendo assim, os prejuízos decorrentes de perdas no valor recuperável dos ativos são incorridos somente se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que o evento de perda tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Sendo assim, para cada categoria de ativos financeiros são avaliados:

a. *Empréstimos e Recebíveis*

Para fins de análise das evidências objetivas de *impairment* dos empréstimos e recebíveis, o Bancoob segregava a carteira em função da significância dos créditos. Para aquelas operações consideradas significativas, a avaliação é feita de forma individualizada.

- Com pessoa física, cujo valor contratado seja igual ou superior a R\$ 1.000;
- Com pessoa jurídica, cujo valor contratado seja igual ou superior a R\$ 1.000; e
- Com instituições financeiras, cujo valor contratado corresponda a 5% do Patrimônio de Referência calculado do mês imediatamente anterior.

As operações que não se enquadrem nas características acima são classificadas em grupos de avaliação coletiva, considerando características de crédito similares.

Os critérios que o Bancoob utiliza para determinar se há evidência de uma perda por *impairment* são revisados periodicamente pela Administração e incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos dos juros ou principal;
- iii. O Bancoob, por motivos econômicos ou legais, relacionados à dificuldade financeira do mutuário, dá a ele uma concessão que, de outro modo, não consideraria;
- iv. Ficar provável que o mutuário entrará em falência ou passará por outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

Adicionalmente, quando da avaliação do *impairment* dos ativos classificados como individualmente significativos, o Bancoob considera o atraso superior a 90 dias.

Inexistindo quaisquer das circunstâncias acima mencionadas, tais ativos passam a ser avaliados coletivamente.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os ativos avaliados coletivamente, a redução ao valor recuperável considera a aplicação de percentuais médios de perda histórica sobre o saldo de cada carteira.

Quando da existência de qualquer evidência objetiva de perda no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis, classificados como individualmente significativos ou não, as perdas são reconhecidas como despesa de perdas no valor recuperável no resultado. Se a perda reconhecida previamente for reduzida e este fato puder ser relacionado objetivamente a qualquer evento que tenha ocorrido após o reconhecimento, esta é revertida contra a respectiva conta de perda no valor recuperável, e tal reversão reconhecida em contrapartida a uma conta de resultado.

Os empréstimos e recebíveis de clientes, considerados incobráveis são baixados contra a respectiva conta de perdas no valor recuperável a depender do prazo de vigência do contrato quando decorridos 360 dias ou 720 dias em atraso.

O parágrafo 20 do IAS 18 preceitua que: i) quando o valor da receita não puder ser mensurado confiavelmente e ii) não for provável que os benefícios econômicos fluirão para a entidade a receita não é reconhecida. Desta forma, o reconhecimento da receita para os empréstimos e recebíveis cessa a partir de 60 dias de atraso.

b. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando existe evidência objetiva de perdas para os ativos financeiros classificados pelo Bancoob como disponíveis para venda, a perda reconhecida é efetuada pela diferença entre o valor do ativo para o qual houve a desvalorização e o valor justo, (cotação em mercado ativo) na data da avaliação. Considera-se como evidência objetiva de perdas, o histórico de perdas por emissor dos ativos financeiros, a não existência de acordo de compensação entre as instituições financeiras (Nota 30(a)) ou outros eventos que possam ter impacto negativo nos preços de tais ativos. Eventuais perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

c. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Caso exista evidência objetiva de *impairment* para os ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é reconhecida pelo Bancoob pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Considera-se como evidência objetiva de perdas, o histórico de perdas por emissor dos ativos financeiros, e a não existência de acordo de compensação entre as instituições financeiras (Nota 30(a)). Eventuais perdas por redução ao valor recuperável desses ativos são reconhecidas no resultado do período a que se referem.

4.8 Empréstimos e Recebíveis Renegociados

Os empréstimos e recebíveis renegociados são considerados como novos empréstimos. A renegociação na maioria das vezes envolve o alongamento de prazos e a aplicação de taxas distintas daquelas aplicadas originalmente aos contratos renegociados. Tais empréstimos, mesmo depois da renegociação, continuam a ser periodicamente avaliados para fins de constituição da perda no valor recuperável, podendo ser classificados como individualmente significativos ou compor o grupo de avaliação coletiva. O Bancoob não considera, necessariamente, a renegociação como

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

uma evidência objetiva de perda, visto que muitas renegociações são efetuadas em decorrência de exigências normativas do Banco Central do Brasil.

4.9 Baixa de Ativos e de Passivos Financeiros

a. *Ativos Financeiros*

A baixa dos ativos financeiros é efetuada pelo Bancoob considerando as seguintes circunstâncias:

- (i) Os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa tiverem expirado;
- (ii) Os riscos e benefícios decorrentes das operações forem transferidos pelo Banco para outra instituição;
- (iii) O Banco transferir o controle sobre o ativo, mesmo que os riscos e benefícios associados às operações estejam parcialmente retidos.

Nos casos em que não ocorrer a transferência substancial de riscos e benefícios, o Bancoob mantém os direitos e as respectivas obrigações registrados em contas específicas no ativo e no correspondente passivo, na medida do envolvimento contínuo com essas operações, de modo que reflitam a essência econômica das transações.

b. *Passivos Financeiros*

Os passivos financeiros são baixados pelo Bancoob quando da extinção da obrigação, seja pelo pagamento, prescrição ou cancelamento. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos diferentes, ou os termos do passivo existente são modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

4.10 Imobilizado

Incluem os valores de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática, de segurança e comunicação (Nota 16).

São mensurados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução no valor recuperável. O custo do imobilizado inclui itens diretamente atribuíveis à aquisição de um bem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O cálculo da depreciação é efetuado pelo método linear com a utilização das taxas com base na vida útil estimada dos bens a que se referem. A depreciação é calculada a partir da disponibilidade do bem para uso. Os terrenos não são depreciados.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A vida útil dos bens e as taxas de imobilizado aplicadas no exercício corrente são as seguintes:

Item tangível	Taxa ao ano
Edificações	1,67%
Instalações	10%
Móveis e Equipamentos de Uso	10%
Sistemas de Comunicação e Segurança	10%
Sistemas de Processamento de dados (<i>hardware</i>) e Transporte	20%

O Bancoob avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas especializadas e independentes. Esta avaliação somente é efetuada se for identificada alguma evidência de alteração do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um imobilizado, o Bancoob reconhece a reversão da perda por não recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o período da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não recuperação tivesse sido reconhecida. Para o Bancoob são consideradas como evidências objetivas de perda, a obsolescência, a ociosidade ou o desgaste excedente à expectativa de tais itens.

A baixa de bens do imobilizado ocorre quando benefícios econômicos futuros, decorrentes do uso, não forem mais esperados, ocasião em que são alienados. Eventuais ganhos ou perdas na alienação são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

4.11 Ativos Intangíveis

a. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis com vida útil definida compreendem softwares adquiridos de terceiros. São, ainda, avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Item do intangível	Vida útil	Taxa ao ano
Sistema de Processamento de Dados - Softwares	5 anos	20%

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. *Ágio em Combinações de Negócios e Teste de Impairment*

Os ágios gerados nas combinações de negócios envolvendo o “Consórcio Ponta” e a “Cabal Brasil Ltda.” foram reconhecidos levando-se em conta a avaliação do valor justo para os ativos identificáveis e para os passivos assumidos na data-base da aquisição do controle.

O teste de *impairment* foi efetuado para os ágios registrados contabilmente no Bancoob em 2016, no valor de R\$ 3.090 (2015 – R\$ 3.090), relativo à aquisição do controle do “Consórcio Ponta” e de R\$ 21.346 (2015 – R\$ 21.346), relativo à aquisição do controle da Cabal Brasil Ltda. ocorrida em 2015.

Para determinar se houve perda no valor recuperável, o valor contábil do ágio reconhecido no final do exercício foi comparado com o valor presente líquido dos fluxos de caixa projetados para o Consórcio Ponta e para a Cabal Brasil Ltda.

Os fluxos de caixa levam em conta projeções de crescimento e rentabilidade para ambos os segmentos, considerando informações macroeconômicas, como taxa de juros (Selic) e inflação (Projeções para o IPCA), além de informações de crescimento e rentabilidade dos negócios, como os retornos esperados e os custos aplicados em uma escala de perpetuidade. A taxa de desconto utilizada foi o custo de capital do próprio negócio, antes dos impostos. O resultado do teste de *impairment* não apresentou perdas no ágio registrado.

4.12 Compensação de Ativos e Passivos

A apresentação de ativos e passivos pelo valor líquido ocorre apenas quando há um direito legal de serem compensados numa base líquida. A menos que não haja a intenção de liquidá-los desta forma ou de realizar um ativo para liquidar um passivo, a apresentação é feita de forma separada.

4.13 Programa de Fidelização de Clientes

O Bancoob possui um programa de fidelização para alguns cartões de crédito, em que os clientes são os beneficiários dos créditos. Este programa é denominado Sicoobcard Prêmios. Pela utilização dos cartões que possuem este programa, o cliente adquire pontos, que somados podem ser trocados por prêmios. O efetivo direito aos pontos depende do pagamento da fatura. Os valores decorrentes desta obrigação do Bancoob estão registrados na conta de Outros passivos.

Os valores correspondentes aos pontos são reconhecidos pelo valor justo e consideram a média histórica de resgate dos pontos.

4.14 Benefícios a Empregados – Previdência Complementar

O Bancoob é patrocinador de plano de previdência dos seus funcionários, mantido na Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, entidade que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016, o plano dos funcionários do Bancoob e empresas controladas na Sicoob Previ contava com 717 participantes ativos (2015 – 639), cuja contribuição totalizou R\$ 3.186 (2015 – 1.330), registrada na rubrica “Despesas com Pessoal”.

4.15 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Os passivos contingentes são monitorados e revisados periodicamente pela Administração com vistas a obter as melhores informações disponíveis quanto aos eventos que os geraram e os possíveis desfechos de modo que o valor das perdas seja ajustado com base nas melhores estimativas (Nota 22).

O Bancoob reconhece contabilmente uma provisão quando se avalia a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança. As situações em que o Bancoob avaliar que a chance de perda é classificada como possível serão apenas divulgadas em notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como remotas não serão provisionadas nem divulgadas.

4.16 Tributos Sobre a Renda

Os tributos sobre a renda compreendem aqueles correntes e diferidos, e são reconhecidos como despesa. O Imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e a Contribuição social (CSLL), no caso das instituições financeiras, possui uma alíquota de 20% conforme determinado pela autoridade fiscal (Nota 23).

Compreendem os impostos sobre o lucro, os impostos correntes e os diferidos, que são reconhecidos no resultado, à exceção de itens que devam ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos, à medida da realização de ganhos ou perdas, os valores registrados no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado do período.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes** - são aqueles decorrentes dos impostos incidentes sobre o resultado tributável do exercício calculados de acordo com a legislação vigente na data das demonstrações contábeis consolidadas.
- **Tributos Diferidos** - são aqueles originados de diferenças temporárias apuradas sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e a base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. Devem ser reconhecidos apenas quando existir expectativa de realização destes créditos em função da geração de lucros ou receitas tributáveis futuros.

4.17 Distribuição de Dividendos

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme previsão estatutária, o Bancoob distribui dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, calculados pela aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido ajustado do período, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os valores apurados decorrentes da obrigação prevista no estatuto são reconhecidos no passivo no período a que se referem.

Dividendos propostos acima do mínimo previsto são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido e são pagos apenas depois de autorizados pela assembleia (Nota 24(e)).

4.18 Participação nos Lucros e Resultados

O Bancoob reconhece como passivo nas demonstrações contábeis consolidadas, os valores correspondentes à participação dos funcionários e administradores nos lucros e resultados. Os cálculos são efetuados com base nas informações obtidas do acordo/convenção sindical emitido pelo Sindicato dos Bancários do Distrito Federal.

4.19 Capital Social

As ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social do Bancoob são classificadas no patrimônio líquido, são escriturais e não possuem valor nominal (Nota 24(a)).

5 Receitas Líquidas com Juros

Receitas de Juros	Exercícios findos em	
	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos e recebíveis de clientes	951.443	795.040
Operações compromissadas	63.663	128.733
Aplicações interfinanceiras de liquidez	900.224	492.896
Aplicações em ativos financeiros disponíveis para venda	1.285.186	1.146.420
Depósitos Compulsórios no Banco Central	19.847	20.864
Ativos financeiros para negociação	230	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	12.747	12.655
Cotas de fundos de investimento	5.535	309
Total	3.238.875	2.596.917

Despesas de Juros	Exercícios findos em	
	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos	2.633.958	2.013.519
Obrigações por operações compromissadas	151.926	172.838
Obrigações por empréstimos e repasses	72.729	56.020
LCAs	9.845	1.335
Outras despesas de juros	3.279	9.769

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	<u>2.871.737</u>	<u>2.253.481</u>
Receitas Líquidas com Juros	<u>367.138</u>	<u>343.436</u>

6 Receitas Líquidas de Tarifas e Comissões

Receitas de Tarifas e Comissões	Exercícios findos em	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Convênio Sicoob (a)	13.707	31.167
Rendas de serviços bancários	32.386	30.472
Rendas de serviços prestados de fundos	2.484	1.882
Rendas de administração de fundos	7.874	5.790
Rendas de administração de consórcios	43.435	35.093
Rendas de serviços com cartão de crédito (b)	303.872	230.227
Rendas de recebimento de concessionárias (c)	42.528	36.690
Rendas de tarifas bancárias	77	83
Outras receitas	46.307	14.879
Total	<u>492.670</u>	<u>386.283</u>

Despesas de Tarifas e Comissões (d)	Exercícios findos em	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Prestação de serviços	118.028	83.826
Descontos concedidos	1.062	2.869
Outras despesas	6	4
Total	<u>119.096</u>	<u>86.699</u>
Receitas líquidas de Tarifas e Comissões	<u>373.574</u>	<u>299.584</u>

- (a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob relacionados ao processamento da COMPE, bloquetes de cobrança, microfilmagem de cheques, emissão de talonário, entre outras.
- (b) Refere-se, entre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade etc. de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.
- (c) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.
- (d) As despesas de tarifas e comissões estão registradas dentro do grupo de despesas operacionais.

7 Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais

7.1 Outras Receitas Operacionais

	Exercícios findos em	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Recuperação de encargos e despesas	4.300	12.036
Atualização de crédito com INSS (a)	-	895

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de cartões de crédito	62.569	39.981
Adquirência	183.577	29.192
Ganho na aquisição de participação societária (b)	-	22.370
Outras	8.274	14.697
Total	258.720	119.171

- (a) Refere-se à atualização pela taxa Selic de recursos próprios do Bancoob utilizados para pagamento de benefícios ainda não liquidados pelo INSS.
(b) Refere-se ao ganho na aquisição da participação societária da Cabal Brasil Ltda..

7.2 Outras Despesas Operacionais

	Exercícios findos em	
	31.12.2016	31.12.2015
Despesas com administração de cartões de crédito	85.119	86.141
Atualização de créditos do INSS (a)	2.081	2.385
Adquirência	64.459	10.205
Outras	22.256	1.938
Total	173.914	100.669
Outras receitas (despesas) operacionais	84.805	18.502

- (a) Refere-se à atualização de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

8 Despesas com Pessoal

	Exercícios findos em	
	31.12.2016	31.12.2015
Honorários pagos a diretores e conselheiros	10.229	9.184
Proventos (a)	62.519	53.095
Encargos sociais (b)	26.772	21.656
Benefícios (c)	19.694	16.329
Treinamentos	1.080	882
Remuneração a estagiários	1.065	740
Participação dos empregados nos lucros	8.830	7.729
Total	130.189	109.615

- (a) Refere-se, principalmente a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
(b) Refere-se, principalmente a provisões de INSS e FGTS de funcionários.
(c) Refere-se, principalmente a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vale-refeição pago aos empregados e administradores.

9 Outras Despesas Administrativas

	Exercícios findos em	
	31.12.2016	31.12.2015
Despesas de água, energia e gás	446	328
Despesas de comunicação	19.683	15.140

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com manutenção e conservação	636	532
Despesas de material	7.819	4.900
Despesas de processamento de dados	59.208	79.210
Despesas com propaganda e publicidade	11.089	6.197
Despesas com serviços do sistema financeiro	76.448	48.922
Despesas de serviços de terceiros	70.708	64.914
Despesas de serviços técnicos especializados	15.486	11.923
Despesas com viagens	3.130	2.551
Outras despesas administrativas	9.140	8.275
	<u>273.793</u>	<u>242.892</u>

10 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa		
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9.832	17.087
Equivalentes de caixa		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	<u>7.046.080</u>	<u>3.358.355</u>
Total	<u>7.055.912</u>	<u>3.375.442</u>

(a) Os equivalentes de caixa são aplicações que possuem vencimento de até 90 dias e são remunerados pelo IPCA, CDI, Selic e taxas prefixadas.

11 Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

11.1 Composição dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Títulos públicos (a)	8.318.409	6.604.763
Títulos privados e cotas de fundos de investimentos	2.299.454	1.760.876
Aplicação em depósitos interfinanceiros (b)	<u>1.653.588</u>	<u>712.424</u>
Total	<u>12.271.451</u>	<u>9.078.063</u>

(a) Instrumentos financeiros remunerados principalmente com base no CDI e Selic.

(b) Instrumentos financeiros remunerados à taxa CDI.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 Ganhos (Perdas) Líquidos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

A seguir, estão apresentados os ganhos (perdas) líquidos dos ativos financeiros disponíveis para venda e registrados no Patrimônio líquido:

	<u>Exercícios findos em</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Títulos Públicos	(7.004)	785
Títulos Privados	<u>3.786</u>	<u>(515)</u>
Total	<u>(3.218)</u>	<u>270</u>

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3 Composição dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda por Papel e Prazo de Vencimento

	Valor contábil						Total 2015			Total 2015		
	Vencimento						Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano							
I - Títulos disponíveis para venda	17.864	121.409	90.487	62.051	762.458	9.563.594	10.625.465	10.617.863	(7.602)	8.366.129	8.365.639	(2.491)
Carteira própria												
LFT	-	-	785	-	181.993	5.433.121	5.624.504	5.615.899	(8.605)	3.792.307	3.791.741	(566)
CDB	-	4.527	-	-	1.009	107	5.643	5.643	-	2.972	2.972	-
Debêntures	-	114	-	6	343	6.115	6.578	6.578	-	40.264	40.264	-
Fundos	17.864	-	-	-	-	-	17.864	17.864	-	16.593	16.593	-
LF	-	116.768	89.702	61.783	299.785	1.289.594	1.853.284	1.857.632	4.348	1.495.319	1.493.575	(1.745)
Total	17.864	121.409	90.487	61.789	483.130	6.728.937	7.507.873	7.503.616	(4.257)	5.347.455	5.345.145	(2.311)
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	-	262	-	138.803	139.302	139.065	(237)	104.108	104.081	(27)
Total	-	-	-	262	-	138.803	139.302	139.065	(237)	104.108	104.081	(27)
Carteira vinculada a garantias												
LFT	-	-	-	-	245.460	2.317.985	2.567.030	2.563.445	477	2.709.077	2.708.940	(137)
LF	-	-	-	-	33.868	377.869	411.260	411.737	(3.585)	207.489	207.473	(16)
Total	-	-	-	-	279.328	2.695.854	2.978.290	2.975.182	(3.108)	2.916.566	2.916.413	(153)
II – Depósitos Interfinanceiros												
CDI	-	200.603	177.809	460.011	810.159	5.006	1.653.588	1.653.588	-	712.424	712.424	-
Total	-	200.603	177.809	460.011	810.159	5.006	1.653.588	1.653.588	-	712.424	712.424	-
Total	17.864	322.012	268.296	522.062	1.572.617	9.568.600	12.279.053	12.271.451	(7.602)	9.080.553	9.078.063	(2.491)

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Letras Financeiras do Tesouro (a)	122.885	107.751
Total	<u>122.885</u>	<u>107.751</u>

(a) Instrumentos financeiros negociados a taxas prefixadas.

13 Depósitos Compulsórios no Banco Central

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Sem remuneração	198.921	2.912
Com remuneração (a)	286.820	223.165
Total	<u>485.741</u>	<u>226.077</u>

(a) Depósitos de poupança remunerados com base na Taxa Referencial (TR).

14 Empréstimos e Recebíveis de Clientes

14.1 Composição dos Empréstimos e Recebíveis

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Empréstimos e títulos descontados	808.183	644.858
Financiamentos	623.614	693.272
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.448.267	7.973.435
Financiamentos imobiliários	387	-
Cartão de crédito (a)	1.682.098	1.250.534
Subtotal	<u>11.562.548</u>	<u>10.562.099</u>
(-) Perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis	<u>(3.875)</u>	<u>(3.582)</u>
Total	<u>11.558.673</u>	<u>10.558.517</u>

O aumento incorrido nos empréstimos e recebíveis no exercício decorre, principalmente, da maior demanda por crédito por parte dos participantes do Sicoob.

(a) Refere-se ao saldo de valores a receber de Cartões de Crédito – Com característica de operações de crédito que foi reclassificado da conta “Outros Ativos” para “Empréstimos e Recebíveis de Clientes”.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2 Perdas no Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis de Clientes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do exercício	3.582	3.412
Constituições/Reversões no exercício	8.624	5.030
Créditos baixados para prejuízo	<u>(8.331)</u>	<u>(4.860)</u>
Saldo no final do exercício	<u>3.875</u>	<u>3.582</u>

Os créditos renegociados no exercício de 2016 totalizaram R\$ 99.842 (2015 - R\$ 2.393) e decorrem de operações de capital de giro, que correspondem a contratos renegociados por inadimplência. O exercício de 2016 ficou marcado por normativos do CMN que incentivaram as renegociações de Crédito Rural e Funcafé.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2016 totalizou R\$ 1.350 (2015 - R\$ 1.688).

15 Operações Compromissadas

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Debêntures	572.238	875.471
Total	<u>572.238</u>	<u>875.471</u>

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações e benfeitorias</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Outros</u>	<u>Imobilizado Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11.443	87.908	3.612	779	518	104.260
Saldos Iniciais – Imobilizado Cabal Brasil	-	-	434	1.064	-	1.498
Aquisição	-	-	583	2.087	156	2.826
Alienação/Baixa	-	-	(49)	(17)	(5)	(71)
Depreciação/exaustão/amortização	-	(1.570)	(906)	(807)	(119)	(3.402)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	11.443	86.338	3.674	3.106	550	105.111
Custo total	11.443	94.188	9.868	13.886	1.127	130.512
Depreciação acumulada	-	(7.850)	(6.194)	(10.780)	(577)	(25.401)
Saldo líquido	11.443	86.338	3.674	3.106	550	105.111
Saldos em 31 de dezembro de 2015	11.443	86.338	3.674	3.106	550	105.111
Aquisição	-	-	965	1.973	58	2.996
Alienação/Baixa	-	-	(92)	(5)	(75)	(172)
Depreciação/exaustão/amortização	-	(1.570)	(887)	(1.122)	(117)	(3.695)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	11.443	84.768	3.660	3.952	416	104.239
Custo total	11.443	94.188	9.233	14.878	812	130.554
Depreciação acumulada	-	(9.420)	(5.573)	(10.926)	(396)	(26.315)
Saldo líquido	11.443	84.768	3.660	3.952	416	104.239

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Outros Ativos e Outros Passivos

a. Outros Ativos

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Rendas a receber de serviços prestados (a)	27.152	26.170
Depósitos em garantias	1.134	924
Valores a receber de cooperativas (b)	6.012	6.472
Tributos a compensar	72.602	54.454
Títulos e créditos a receber	2.164	-
Valores a receber de Adquirência (c)	1.989.813	584.233
Adiantamentos e antecipações salariais	3.912	3.347
Adiantamento por conta de imobilizações	673	970
Pagamentos a ressarcir (d)	51.853	65.503
Valores a receber BNDES	-	31
Valores a receber Sicoob Brasil	198	238
Valores a receber Funcafé (e)	4.521	4.668
Comissões/bônus a receber	-	1.927
Valores a regularizar	-	-
Outros	32.663	9.672
Total	<u>2.192.697</u>	<u>758.609</u>

- (a) Referem-se às rendas decorrentes de convênios com o INSS, companhias de energia elétrica e saneamento, telecomunicações, FGTS, etc.
- (b) Referem-se aos serviços bancários realizados pelo Bancoob às cooperativas participantes do sistema de compensação e que são liquidados no mês subsequente à prestação do serviço.
- (c) Refere-se aos valores a receber do negócio adquirência.
- (d) Referem-se ao abastecimento dos quiosques do Banco 24 Horas.
- (e) Refere-se aos valores a receber relativos ao spread das operações com recursos do Funcafé.

b. Outros Passivos

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Obrigações com participantes de sistemas de liquidação	12.035	15
Recursos em trânsito de terceiros	6.199	6.222
Valores a pagar arrecadação	9.499	5.523
Sociais e estatutárias	16.997	13.608
Impostos e contribuições sobre salários	4.207	3.709
Valores a pagar de despesas administrativas	96.454	63.317
Tarifas interbancárias a repassar	1.687	2.676
Obrigações de cartão de crédito (a)	1.646.592	1.182.812
Adquirência (b)	1.406.468	441.499
Valores a pagar <i>Del Credere</i> (c)	18.025	14.741
Obrigações com convênios oficiais - INSS	28.369	21.233
Valores a repassar do BNDES	11	164
Obrigações por recursos de consorciados (d)	4.831	3.826
Outras	21.920	33.196
Total	<u>3.273.294</u>	<u>1.792.541</u>

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão. O aumento no exercício é reflexo do esforço da administração em alavancar as operações de Cartão.
- (b) Refere-se, principalmente, a valores a pagar aos estabelecimentos comerciais para o produto adquirência, que teve início no 2º semestre de 2014.
- (c) Refere-se a pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Bancoob dos órgãos oficiais.
- (d) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

18 Depósitos

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Depósitos à vista	22.623	19.916
Depósitos de poupança	3.166.741	2.747.376
Depósitos interfinanceiros	19.203.152	13.505.252
Depósitos interfinanceiros rurais	3.056.738	2.418.796
Depósitos a prazo	261.936	147.779
Total	<u>25.711.189</u>	<u>18.839.119</u>

A variação verificada nos depósitos de poupança e interfinanceiros atende ao aumento na procura por esses produtos financeiros pelos participantes do Sicoob.

19 Letras de Crédito do Agronegócio

	<u>2016</u>					<u>2015</u>	
	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 a 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
LCA – PÓS	34.283	73.358	23.506	52.555	219	183.921	34.722
Total	<u>34.283</u>	<u>73.358</u>	<u>23.506</u>	<u>52.555</u>	<u>219</u>	<u>183.921</u>	<u>34.722</u>

20 Obrigações por Operações Compromissadas

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Carteira própria	163.565	123.266
Letras Financeiras do Tesouro	163.565	123.266
Carteira de terceiros	1.179.973	1.114.460
Letras Financeiras do Tesouro	1.000.458	-
Notas do Tesouro Nacional	179.515	1.114.460
Total	<u>1.343.538</u>	<u>1.237.726</u>

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2031 e com encargos financeiros de até 11,31 % a.a.

21.1 Composição

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
BNDES/Finame	1.860.792	1.695.997
BACEN MCR 6-2	165.765	-
Funcafé	271.844	282.570
Banco do Brasil/FCO	51.944	46.942
Tesouro Nacional	23	42
Total	<u>2.350.368</u>	<u>2.025.551</u>

A variação do exercício acompanha parte da maior demanda por crédito descrita na Nota 14.1.

21.2 Segregação por Prazo de Vencimento

	<u>2016</u>						<u>2015</u>	
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 a 12 meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>3 a 5 anos</u>	<u>5 a 15 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
BACEN MCR 6-2	-	-	165.765	-	-	-	165.765	-
Tesouro Nacional	-	-	23	-	-	-	23	42
BNDES	-	63.029	213.782	514.820	370.545	34.377	1.196.553	991.017
Banco do Brasil/FCO	-	1.156	8.360	32.831	9.598	-	51.945	46.942
Finame	-	25.340	148.613	316.706	173.457	122	664.238	704.980
Funcafé	-	137.343	117.878	14.107	2.516	-	271.844	282.570
Total	-	<u>226.868</u>	<u>654.421</u>	<u>878.464</u>	<u>556.116</u>	<u>34.499</u>	<u>2.350.368</u>	<u>2.025.551</u>

22 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. **Causas Judiciais Classificadas como “Risco de perda provável” e Obrigações Legais**

As obrigações classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício e com os depósitos judiciais, registrados em “Outros Ativos”.

i. **Provisões Constituídas**

	31.12.2016		31.12.2015	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais (a)	65	82	-	-
Trabalhistas	597	1.580	460	1.861
Cíveis	472	904	464	770
Total	1.134	2.566	924	2.631

(a) Utilização/reversão em virtude da extinção do processo.

ii. **Movimentação das Provisões para Causas Judiciais**

	2016				2015
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro 2015	-	1.861	770	2.631	8.624
Constituições no exercício	82	1.241	1.851	3.174	3.981
Utilizações no exercício	-	(674)	(1.222)	(1.896)	(8.251)
Reversões no exercício	-	(848)	(495)	(1.343)	(1.723)
Saldo final em 31 de dezembro 2016	82	1.580	904	2.566	2.631

b. **Natureza das Ações Classificadas como “Risco de Perda Provável”**

i. **Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.

ii. **Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

c. **Ações Classificadas como “Risco de Perda Possível”**

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa;

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (v) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo BANCOOB, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco.

Devido às incertezas na apuração de eventual valor econômico envolvido em uma possível condenação e atual estágio das causas classificadas como perdas possíveis, o valor do efeito financeiro divulgado pelo Bancoob é o valor original de causa não atualizado.

c.1) Saldo dos Passivos Contingentes Classificados como “Risco de Perda Possível”

	2016	2015
Trabalhistas	5.919	3.931
Fiscais/Previdenciárias	143.767	41
Cíveis	82.357	43.530
Total	232.043	47.502

23 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2016, o Bancoob possuía créditos tributários no montante de R\$ 20.690 (2015 - R\$ 13.779), originários de diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal.

b. Composição do Crédito Tributário

Natureza e origem	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis	3.875	3.875	3.582	3.582
Taxa efetiva de juros s/ operações de crédito consignado	6.090	6.090	6.321	6.321
Provisão passivos cíveis e trabalhistas	2.260	2.260	2.274	2.274
Ajuste a valor de mercado (TVM)	12.427	12.427	2.491	2.491
Provisão para Participação nos Resultados	8.959	8.959	7.593	7.593
FGTS 50% - Diretoria	1.086	1.086	847	847
Campanha Bilhão Premiado	1.172	1.172	-	-
Bonificação Cartão	7.258	7.258	6.265	6.265
Honorários Advocatícios	2.518	2.518	1.000	1.000
Outras provisões	333	333	247	247
Montante	45.978	45.978	30.620	30.620
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Créditos tributários constituídos	11.495	9.196	7.655	6.124

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. *Movimentação do Crédito Tributário*

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Crédito tributário no início do exercício		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.779	9.760
Ajuste em resultado	6.972	3.930
Movimentação TVM/PL	(61)	89
Crédito tributário no final do exercício	<u>20.644</u>	<u>13.779</u>

d. *Movimentação do Passivo Fiscal Diferido*

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldos no início do exercício		
Passivo fiscal diferido – custo atribuído	19.633	19.633
Passivo fiscal diferido – TVM	1.727	-
Passivo fiscal diferido – Aquis. Participações	10.066	10.066
Depreciação custo atribuído – Resultado	(291)	(291)
Saldos no final do exercício	<u>31.135</u>	<u>29.408</u>

e. *Expectativa de Realização do Crédito Tributário*

Com base em estudo efetuado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

	<u>Valor Nominal</u>
2017	6.794
2018	2.417
2019	1.932
2020	6.725
2021	1.528
2022 a 2026	1.294
Total de créditos tributários	<u>20.690</u>

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social*	Imposto de Renda	Contribuição Social (a)*
Resultado antes da tributação	306.857	306.857	224.565	224.565
Resultado de participações em controladas	(281)	(281)	-	-
Base de cálculo	306.576	306.573	224.565	224.565
Alíquota de tributação	25%	20%/9%	25%	20%/15%/9%
	76.544	60.220	56.141	56.141
Efeito tributário sobre diferenças temporárias				
Perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis	1.920	1.535	6	83
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	(24)	(10)	254	176
Demais provisões	1.330	1.063	(4.375)	(3.153)
	3.226	2.589	(4.115)	(2.894)
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	(148)	50	492	129
Patrocínios/Doação FDCA	(1.395)	-	(691)	-
Vale Cultura	(697)	-	(104)	-
PAT	(122)	-	(511)	-
Prorrogação Licença Maternidade	(175)	-	(131)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	77.333	62.858	51.081	34.476

(a) a partir de setembro, a alíquota da CSLL passou a ser de 20%, conforme alteração da legislação.

(*) Exceto para o Consórcio Ponta, cuja alíquota é de 9%.

24 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social é composto atualmente por 638.814.809 ações (2015 – 497.764.490), sendo 321.167.553 ordinárias (2015 – 250.248.136) e 317.661.593 preferenciais (2015 – 247.516.354), todas sem valor nominal.

No exercício de 2016, foram totalmente integralizados R\$ 270.347 (2015 – R\$ 188.462) ao capital social do Bancoob, correspondente a 141.064.656 ações distribuídas entre ordinárias e preferenciais (vide Nota 24(a.1)).

As ações ordinárias conferem ao titular, o direito a voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem esta prerrogativa. No entanto, estas ações possuem, conforme previsão estatutária: i) prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, correspondente à sua participação no rateio do dividendo obrigatório; ii) direito de participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de garantida a tais ações, participação idêntica a que se refere o inciso i, nas distribuições de lucros sociais, sob a forma de dividendos, bonificações ou a qualquer título; iii) direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas do Banco, inclusive nos casos de valorização ou reavaliação do ativo imobilizado; iv) preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação no

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

capital social, por eventual liquidação do Bancoob, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação no capital social; e v) no seu conjunto, direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, na forma do disposto no § 1º, do Artigo 26 do Estatuto.

a.1) Conciliação das Ações em Circulação

A seguir está apresentada a conciliação das ações em circulação durante o período:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ações no início do exercício	497.764.490	398.549.474
Ordinárias com direito a voto	250.248.136	200.368.377
Preferenciais	247.516.354	198.181.097
Ações emitidas e integralizadas no exercício	141.064.656	99.215.016
Ordinárias com direito a voto	70.919.417	49.879.759
Preferenciais	70.145.239	49.335.257
Total de ações no final do exercício	<u>638.814.809</u>	<u>497.764.490</u>

b. Reserva de Capital

A reserva de capital é constituída conforme previsto na legislação vigente aplicável às instituições financeiras. O saldo de R\$ 45 refere-se, basicamente, ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de Lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, à formação de reserva de lucros. Foram destinados, em 2016, R\$ 8.161 (2015 - R\$ 5.988). Adicionalmente, foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 147.309 (2015 - R\$ 108.077), a ser destinado em Assembleia Geral.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício, apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 7.753, equivalentes a R\$ 12,14 por lote de mil ações (2015 - R\$ 5.688 equivalentes a R\$ 11,43 por lote de mil ações).

Em 2016, foi destinado o valor de R\$ 108.077 (2015 – R\$ 66.486) a título de dividendos relativos ao resultado do exercício.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Ajustes de Avaliação Patrimonial

Representados pelo custo atribuído do imobilizado. Em 2016, o valor total dos ajustes de avaliação patrimonial era de R\$ 23.988 (2015 – R\$ 27.642).

f. Ações em Tesouraria

Representam ações próprias adquiridas pela Instituição. O total em 2016 era de R\$ 26 (2015 - R\$ 26)

g. Outros Resultados Abrangentes

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social.

25 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

a. Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos

	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.055.912	7.055.912	3.375.442	3.375.442
Depósitos compulsórios no Banco Central	485.741	485.741	226.077	226.077
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.273.664	12.273.664	9.078.063	9.078.063
Ativos financeiros para negociação	2.213	2.213	-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	122.797	122.885	107.705	107.751
Empréstimos e recebíveis de clientes	11.508.956	11.558.673	10.501.357	10.558.517
Operações compromissadas	572.236	572.238	818.310	875.471
Subtotal	32.021.519	32.069.113	24.106.954	24.221.321
Passivos				
Depósitos	25.648.215	25.711.189	18.896.847	18.839.119
LCAs	183.576	183.921	34.722	34.722
Obrigações por empréstimos e repasses	2.350.368	2.350.368	2.025.551	2.025.551
Obrigações por operações compromissadas	1.343.454	1.343.538	1.237.572	1.237.726
Obrigações de curto prazo	3.274.690	3.274.690	1.744.781	1.744.781
Subtotal	32.800.303	32.863.706	23.939.473	23.881.899
Saldo líquido (Ativo – Passivo)	(778.784)	(792.380)	167.481	339.422

Os seguintes instrumentos financeiros do Bancoob foram avaliados ao valor justo, tendo como base informações disponíveis no mercado ou não, quer sejam relativas a cotações de preços ou a taxas e índices e ainda metodologia de precificação interna:

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores correspondentes à caixa e depósitos bancários representam ativos de altíssima liquidez e por sua vez, os saldos apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas já representam adequadamente o valor justo.

ii. Depósitos Compulsórios no Banco Central

Correspondem aos valores representativos dos depósitos compulsórios no Banco Central, decorrentes de exigência normativa. São incidentes basicamente sobre depósitos à vista e de poupança e os respectivos valores já representam o valor justo.

iii. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos de alta liquidez representados preponderantemente por títulos públicos federais e aplicações em depósitos interfinanceiros. As fontes primárias de precificação dos ativos financeiros disponíveis para venda são: i) relatório de títulos públicos – preços disponíveis na Anbima/BACEN; ii) metodologia interna de marcação a mercado, com base na premissa de que os preços desses títulos incorporam *spreads* devido ao risco de crédito associado ao emissor e determinadas características da operação, como prazo, porte e classificação de risco do emissor e natureza do título; iii) CDI pós-fixada – fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pela curva de juros futuros. iv) Cotas de fundos de investimento – preço diário das cotas, conforme informação dos administradores dos fundos.

Em 31 de dezembro de 2016, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 2.976.305 (2015 - R\$ 2.917.398), sendo principalmente:

- R\$ 2.134.229 (2015 – 2.173.909) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito;
- R\$ 818.556 (2015 – R\$ 729.346) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões;

iv. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Representado por títulos públicos federais (LFTs) e amparados por estudo de capacidade financeira. Os títulos públicos desta carteira são marcados a mercado, para fins de divulgação, considerando os preços disponíveis na Anbima/BACEN.

v. Operações Compromissadas (Classificadas no grupo de Empréstimos e Recebíveis)

Compreendem as aplicações em operações compromissadas efetuadas com outras instituições financeiras cujos lastros podem ser títulos públicos ou debêntures. As operações compromissadas são marcadas a mercado pelo fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pela estrutura a termo da taxa de juros (DI). Portanto, seus valores reportam o valor justo.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

vi. Empréstimos e Recebíveis de Clientes

São operações de crédito cujos tomadores, em sua maior parte, são as cooperativas de crédito (repases de crédito rural) e associados do Sicoob. O valor justo para a carteira de empréstimos e recebíveis foi obtido por meio do cálculo do valor presente das operações. A taxa de desconto foi apurada a partir da taxa média das operações contratadas ao longo dos últimos doze meses, segregadas por tipo de operação e prazo. O spread de risco de crédito foi estimado em função da inadimplência apurada no mês de dezembro de 2016 aplicados por operação na carteira de crédito.

vii. Depósitos

Representados pelos depósitos à vista, de poupança, interfinanceiros, a prazo e outros efetuados principalmente pelas cooperativas de crédito do Sicoob. Os depósitos interfinanceiros e a prazo são marcados a mercado pelo fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pela estrutura a termo da taxa de juros (DI).

viii. Letras de Crédito do Agronegócio

Representada por títulos de crédito originários da carteira de agronegócios com lastro em Cédulas de Produto Rural – CPR.

ix. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Compostos preponderantemente por captações de recursos para aplicações em operações de crédito, cujas fontes são: Tesouro Nacional, BNDES/Finame, Banco Central, Banco do Brasil/FCO e Funcafé. Em função das características destes instrumentos financeiros, o valor contábil representa adequadamente o valor justo.

x. Obrigações por Operações Compromissadas

São compostos pelas captações de recursos em títulos públicos vendidos com compromisso de recompra efetuados principalmente com instituições financeiras sendo estas, cooperativas centrais e singulares. As operações compromissadas são marcadas a mercado pelo fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pela curva de juros futuros.

xi. Outros Ativos e Outros passivos

Referem-se a direitos e obrigações perante terceiros, tais como governo, empregados e fornecedores e, os respectivos valores representam adequadamente o valor justo destas transações.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Valor Justo e Hierarquia de Valor Justo

O valor justo é o valor pelo qual um instrumento financeiro poderia ser trocado ou liquidado em condições usuais de mercado, isentas de qualquer viés, entre partes interessadas.

De acordo com o IFRS 13, são levadas em consideração informações disponíveis ou não em mercado para a precificação de instrumentos financeiros ativos ou passivos com base nos seguintes critérios de hierarquia de valor justo:

- **Informações de Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos financeiros idênticos. Consideram-se assim, aqueles preços de mercado que estiverem prontamente disponíveis e representem transações usuais de mercado;
- **Informações de Nível 2** - dados outros que não sejam preços cotados incluídos dentro do Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços) e que cujas informações possam ser confirmadas com dados observáveis de mercados, como taxas e índices de preços; e
- **Informações de Nível 3** - dados para o ativo ou passivo financeiro que não sejam baseados em dados de mercado observáveis. Para estes ativos ou passivos o Banco conta com a elaboração de metodologia interna de precificação.

c. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

31.12.2016				
Ativos disponíveis para venda	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	1.653.588	-	1.653.588
Letras Financeiras do Tesouro	8.318.409	-	-	8.318.409
Títulos Privados	-	-	2.281.590	2.281.590
Cotas de Fundos	17.864	-	-	17.864
Total	8.336.273	1.653.588	2.281.590	12.271.451

31.12.2015				
Ativos disponíveis para venda	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	712.424	-	712.424
Letras Financeiras do Tesouro	6.604.763	-	-	6.604.763
Títulos Privados	-	-	1.744.283	1.744.283
Cotas de Fundos	16.593	-	-	16.593
Total	6.621.356	712.424	1.744.283	9.078.063

Como realizado no ano anterior, para mensurar o valor justo dos ativos classificados no nível 3 (não observáveis ou com baixa liquidez), os quais não possuem fonte pública de preços, utiliza-se metodologia que consiste na aplicação de taxas (spreads). Cada taxa refere-se a grupos de ativos formados pela combinação dos seguintes fatores: tipo de

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativo, prazo, patrimônio líquido (PL) e rating dos emissores. Para formação das taxas (spreads) são considerados os negócios recentes e consultas junto aos emissores dos ativos que compõem a carteira. Os resultados são apresentados ao Comitê de Apreçamento de Ativos Financeiros (Copat), contendo os estudos com base nas cotações e nas operações realizadas nos 3 (três) últimos meses, com o intuito de avaliar eventuais atipicidades, evitando distorções nas taxas utilizadas para determinar o valor justo. Após análise do Copat, as taxas (spreads) são submetidas à Diretoria para Deliberação.

No exercício, não houve reclassificações/transferências de instrumentos financeiros entre os níveis 1, 2 e 3 acima demonstrados.

d. Conciliação dos Ativos Financeiros Classificados no Nível 3

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo inicial	1.744.283	1.471.549
Compras	1.648.042	698.815
Curva/Valor Justo	314.955	131.024
Vendas/Resgates	(1.425.690)	(557.105)
Saldo final	<u>2.281.590</u>	<u>1.744.283</u>

Em 2016, o valor dos ganhos/perdas para os ativos classificados no Nível 3, lançados na Demonstração do Resultado Abrangente na linha de “Mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda” foi R\$ 3.786 (2015 – R\$ -515)

26 Garantias Financeiras Prestadas

O Bancoob concede garantias às cooperativas integrantes do Sicoob. Estas garantias podem ser concedidas na forma de avais e fianças e estavam demonstradas da seguinte forma:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Avais, fianças e outras garantias		
Fianças	5.866	7.055
Total	<u>5.866</u>	<u>7.055</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as receitas de comissão montavam R\$ 82 (2015 – R\$ 62) e estavam registradas no grupo de Outras receitas operacionais.

Em 2016, o Bancoob constituiu provisão para perdas com garantias financeiras prestadas ainda não honradas no valor de R\$ 41 (2015 – R\$ 45).

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 Capital Regulatório e Limites de Imobilização

O patrimônio líquido do Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

O Bancoob calcula os índices de Basileia de acordo com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, cujo percentual mínimo exigido é de 11%. A seguir estão apresentados os cálculos dos limites:

	2016	2015
Patrimônio de Referência - PR (1)	1.330.301	1.017.914
Parcelas de Risco (9,875%)	851.580	658.763
Parcela para Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	745.200	566.310
Parcela para Risco de Mercado - RWA_{MPAD} (2)	14.676	14.910
Parcela para Risco de Crédito - RWA_{OPAD}	91.704	77.542
Adicional de Capital Principal - ACP (0,625%)	53.897	-
Parcela Banking - RBAN (3)	24.012	30.509
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	929.489	689.276
Índice de Basileia - IB	15,03%	16,24%

28 Gerenciamento de Riscos

A gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez no conglomerado Bancoob e no Sicoob é realizada de forma centralizada pela Superintendência de Gestão de Riscos (Suris), por meio de quatro gerências especializadas:

- Gerência de Risco de Crédito (Geric);
- Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez (Gerim)
- Gerência de Middle Office (Gemid); e
- Gerência de Modelagem (Gemod).

As atividades relacionadas aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez consideram os objetivos, as políticas, os processos, os sistemas e as estratégias definidas pelas instituições em consonância com as boas práticas de governança corporativa.

O Subcomitê de Riscos (Subcoris) e o Comitê de Riscos (Coris) do Bancoob e o Comitê de Gestão Corporativa do Sicoob são partes integrantes da estrutura centralizada de gestão de riscos, cujos objetivos são:

- Subcomitê de Riscos (Subcoris): como parte integrante do Coris, o Subcoris é órgão consultivo do Colegiado da Diretoria (Coled) e tem por objetivo analisar de forma integrada e sistêmica os diversos riscos a que o Bancoob está exposto;
- Comitê de Riscos (Coris): é órgão consultivo do Colegiado da Diretoria (Coled) e tem por objetivo analisar de forma integrada e sistêmica os diversos riscos a que o Bancoob está exposto; e
- Comitê de Gestão Corporativa do Sicoob: é um órgão consultivo do Conselho de Administração do Sicoob Confederação e tem como objetivo contribuir para a atualização das políticas, regras e metodologias de gestão de riscos do Sicoob.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura atualmente definida pela Instituição inclui os seguintes aspectos, considerados relevantes de acordo com as boas práticas de governança:

- Segregação de funções entre as áreas de negócio e a de riscos;
- Definição de alçadas nos diversos níveis hierárquicos;
- Gestão de risco centralizada; e
- Normativos internos onde estão definidas as políticas, as atividades e os processos relativos ao gerenciamento de riscos.

No Bancoob, as decisões relacionadas aos riscos são tomadas de forma colegiada e observam os aspectos definidos nas políticas e nos manuais de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos tem caráter abrangente e está constituída dos seguintes componentes:

- Estrutura Organizacional;
- Estrutura Normativa;
- Sistemas Computacionais;
- Conformidade;
- Validação; e
- Acompanhamento.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos, que tem a Superintendência de Gestão de Riscos como área responsável, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sistema.

28.1 Risco de Crédito

a. Gerenciamento do Risco de Crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de obrigações financeiras nos termos pactuados à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.

Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito do tomador. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a sua aderência à condição econômico-financeira do tomador.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- I. adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- II. estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- III. procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- IV. procedimentos para a recuperação de créditos;
- V. sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- VI. informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- VII. área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- VIII. modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- IX. limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- X. modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

A estrutura de gerenciamento de riscos de crédito conta ainda com dois comitês: Comitê de Administração do Crédito (Comac) e Comitê de Crédito (Cocre):

- I. Comac: é órgão consultivo do Colegiado da Diretoria e tem objetivo auxiliar a gestão e operacionalização do risco de crédito no Bancoob, o que inclui a análise do Manual de Instruções Gerais sobre Risco de crédito e a concessão de limites; e
- II. Cocre: é órgão consultivo do Colegiado da Diretoria e tem por objetivo analisar e decidir a concessão de crédito conforme alçadas delegadas pelo Colegiado da Diretoria e ainda, analisa as operações de crédito e casos de recuperação de crédito.

As decisões sobre a gestão do risco de crédito são tomadas sempre no âmbito dos comitês, não havendo alçada individual. Tanto o Comac como o Cocre possuem distintos níveis de alçadas decisórias, conforme estabelecido pela Instituição.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cabem às cooperativas centrais e singulares a execução e o acompanhamento das diretrizes aprovadas sistemicamente.

No Sicoob, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema.

A estrutura centralizada não desonera as cooperativas singulares e centrais de suas responsabilidades pela gestão do risco de crédito.

a. Política

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito do Sistema, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob, incluindo o Bancoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão do risco, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009.

A adesão a essa política foi comunicada internamente pela Resolução Bancoob 001 de 18 de janeiro de 2011. O acesso ao conteúdo completo da política pode ser feito por todos os funcionários da Instituição por meio da intranet.

Quando necessário, o gestor da estrutura centralizada propõe alterações na política e as aprovações são efetivadas pelos Conselhos de Administração do Sicoob Confederação e do Bancoob.

b. Processos

O gerenciamento de riscos de crédito no Bancoob compreende a realização de dois processos de análise de riscos. Um refere-se à classificação dos tomadores e o outro se relaciona à manutenção do nível de risco das operações, que pode apresentar melhorias de acordo com as avaliações:

- I. da operação com garantias básicas;
- II. da cooperativa central, como garantidora da operação;
- III. de garantia de depósito/títulos à operação de crédito; e
- IV. da cooperativa singular, como garantidora da operação.

As garantias têm o importante papel de minimizar o risco de crédito. São necessárias em toda operação de crédito e têm o objetivo de gerar maior comprometimento pessoal do tomador, aumentando a probabilidade de recebimento do crédito.

A metodologia é composta pelos componentes:

- I. Probabilidade de Descumprimento ou *Probability of Default* (PD): percentual que corresponde a probabilidade de descumprimento da classe de risco do tomador;
- II. Perda Dado o Descumprimento ou *Loss Given Default* (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes para recuperação do crédito;

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- III. Exposição ao Descumprimento ou *Exposure at Default* (EAD): correspondente ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.

Com base nesses componentes, estima-se a Perda Esperada (PE) na operação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PE = PD \times LGD \times EAD$$

O percentual de perda (LGD) pode ser influenciado por características das operações devido à presença de garantias.

O Bancoob adota ainda metodologia de avaliação de bancos, que objetiva o estabelecimento de limites para operacionalizar a captação de recursos para repasse (Repasses Interfinanceiros).

c. Monitoramento do Risco de Crédito

O crédito é objeto de acompanhamento sistemático, no âmbito da alta administração de cada entidade, das cooperativas centrais em relação às suas singulares filiadas e do Sicoob Confederação em relação ao Sistema, por meio da apreciação de informações periódicas via sistema e/ou relatórios que evidenciam a evolução de volumes, concentrações, qualidade, resultados, níveis de provisionamento, perdas das operações, adequação do Patrimônio de Referência mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil e comparação com os referências de mercado.

d. Exposição ao Risco de Crédito

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.281.590	1.744.283
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-
Operações compromissadas	572.238	875.471
Empréstimos e recebíveis de clientes	11.558.673	10.558.517
Total de itens registrados no balanço patrimonial	14.412.501	13.178.271
Garantias financeiras prestadas (a)	5.866	7.055
Total de itens sujeitos ao risco de crédito	14.418.367	13.185.326

- (a) Refere-se à exposição máxima do risco de crédito das fianças prestadas pelo Bancoob, conforme Nota 26 e não são registradas no Balanço Patrimonial Consolidado.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Análise dos Empréstimos e Recebíveis de Clientes

Os empréstimos e recebíveis de clientes são classificados como:

- i. Não vencidos e sem perdas no valor recuperável;
- ii. Vencidos e sem perdas no valor recuperável; e
- iii. Com perdas no valor recuperável.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Não vencidos e sem perdas no valor recuperável	11.403.858	10.437.042
Vencidos e sem perdas no valor recuperável	145.847	112.402
Com perdas no valor recuperável	12.843	12.655
Perdas no valor recuperável de empréstimos e recebíveis de clientes	(3.875)	(3.582)
Total	<u>11.558.673</u>	<u>10.558.517</u>

São considerados empréstimos e recebíveis de clientes não vencidos e sem perdas no valor recuperável aqueles que apresentam normalidade no curso do vencimento da operação e não apresentaram evidências objetivas de perda.

A seguir estão apresentados os empréstimos e recebíveis de clientes vencidos e sem perdas no valor recuperável:

	<u>31.12.2016</u>					
	<u>Até 29 dias</u>	<u>30 a 59 dias</u>	<u>60 a 89 dias</u>	<u>90 a 179 dias</u>	<u>Acima de 180 dias</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e recebíveis de clientes	104.720	33.551	7.576	-	-	145.847
Total	<u>104.720</u>	<u>33.551</u>	<u>7.576</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145.847</u>

	<u>31.12.2015</u>					
	<u>Até 29 dias</u>	<u>30 a 59 dias</u>	<u>60 a 89 dias</u>	<u>90 a 179 dias</u>	<u>Acima de 180 dias</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e recebíveis de clientes	87.140	21.482	3.780	-	-	112.402
Total	<u>87.140</u>	<u>21.482</u>	<u>3.780</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>112.402</u>

Os empréstimos e recebíveis vencidos e sem perdas no valor recuperável estão concentrados principalmente em operações de crédito consignado e cartão de crédito. Estas operações, pelas características, não são contratadas com garantias reais.

Não foi necessário executar judicialmente nenhuma operação de empréstimos e recebíveis com contratação de garantias devido ao fato de não apresentarem inadimplência sujeita a tal procedimento.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e recebíveis classificados como individualmente significativos (Nota 4.8(a)) não apresentam inadimplência para os exercícios de 2016 e 2015. O saldo devedor destas operações em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 345.644 (2015 – R\$ 327.657).

f. Efeito Financeiro das Garantias

	31.12.2016		31.12.2015	
	Exposição Máxima	Efeito Financeiro da Garantia	Exposição Máxima	Efeito Financeiro da Garantia
Empréstimos e títulos descontados	808.183	143.633	644.858	394.856
Financiamentos	623.614	512.158	693.272	488.490
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.448.267	15.157.000	7.973.435	13.372.433
Financiamentos imobiliários	387	534	-	-
Cartão de Crédito	1.682.098	-	1.250.534	-
Perda no valor recuperável de empréstimos e recebíveis	(3.875)	-	(3.582)	-
Total	11.558.673	15.813.326	10.558.517	14.255.779

Os valores relativos ao efeito financeiro das garantias correspondem aos valores nominais destas na data da contratação das operações.

Adicionalmente, os empréstimos e recebíveis de clientes são apresentados levando-se em conta a concentração por setor de atividade:

	31.12.2016	31.12.2015
Rural	8.448.267	7.973.435
Intermediários financeiros	196.056	281.443
Pessoas físicas	2.093.836	1.548.010
Outros serviços	820.514	755.629
Total	11.558.673	10.558.517

g. Análise das Operações Compromissadas

Considerando se tratar de operações lastreadas de forma igual ou superior a 100% do valor concedido em títulos públicos e privados, essas operações são classificadas em não vencidos e sem perdas no valor recuperável.

	31.12.2016	31.12.2015
Não vencidos e sem perdas no valor recuperável	572.238	875.471
Total	572.238	875.471

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.2 Risco de Liquidez

a. *Gerenciamento do Risco de Liquidez*

O risco de liquidez representa a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar seus compromissos no vencimento ou fazê-lo com elevadas perdas.

A gestão de liquidez tem como objetivo garantir a existência de recursos financeiros disponíveis para cumprir com as obrigações financeiras da Instituição e otimizar sua utilização.

Com a finalidade de promover a harmonização, a integração e a racionalização de processos e com base no princípio de organização sistêmica, foi implantada no Sicoob, por intermédio do Bancoob, a estrutura centralizada de gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez que prevê:

- i. Adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- ii. Procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez; e
- iii. Acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sistema fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de liquidez, que evidenciem, no mínimo:
 - Limite mínimo de liquidez;
 - Gestão do caixa realizado diariamente;
 - Fluxo de caixa projetado;
 - Aplicação de cenários de stress de liquidez; e
 - Avaliação dos prazos de realizações dos passivos financeiros. As movimentações de recompras estão contidas no fluxo de caixa.
- iv. Realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle do risco de liquidez;
- v. Elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez; e
- vi. Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perda decorrente do risco de liquidez.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos.

Compõe ainda a estrutura de gestão de liquidez o Conselho de Administração; Colegiado da Diretoria; Comitê de Riscos; Comitê de gestão do caixa; Diretoria de Controle; Superintendência de Gestão de Riscos; Superintendência Financeira; Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez; Gerência da Mesa de Operações; Gerência de Planejamento Financeiro e SPB.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Política

As Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira, Risco de Mercado, e de Risco de Liquidez em vigor tem característica sistêmica, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e posteriormente aderida pelo Bancoob, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A adesão a essa política foi comunicada internamente pela Resolução Bancoob 065 de 19 de agosto de 2016. O acesso ao conteúdo completo da política pode ser feito por todos os funcionários da Instituição por meio da intranet.

A política é atualizada anualmente ou quando houver alterações, mediante processo prévio de consulta pública às entidades do Sistema que aderiram às Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira, Risco de Mercado e de Risco de Liquidez.

c. Metodologia

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, de curto e longo prazo, incluindo possíveis impactos na liquidez do conglomerado financeiro oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

São estabelecidos limites mínimos de liquidez, a serem mantidos em Títulos Públicos Federais e, eventualmente, em outros ativos comprovadamente líquidos.

Os vencimentos dos passivos financeiros são controlados diariamente e tais informações são consideradas no gerenciamento da liquidez.

Destaca-se que a maior fonte de captação do Bancoob é a centralização financeira das cooperativas centrais do sistema Sicoob, que pela sua natureza se mostra estável e crescente.

Trimestralmente, são realizados testes de *stress* pela área gestora do Bancoob, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Os resultados dos testes de *stress* não demonstram possíveis situações de crises que comprometam a liquidez do Bancoob.

São definidos e testados os planos de contingência de liquidez visando avaliar a capacidade de geração de liquidez.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento do risco de liquidez.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Análise de Ativos e Passivos por Prazo de Vencimento

A seguir são apresentados os ativos e passivos por prazo de vencimento:

	31.12.2016					Total
	Sem Vencimento	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	7.055.912	-	-	-	-	7.055.912
Depósitos compulsórios no Banco Central	485.741	-	-	-	-	485.741
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	339.876	790.358	1.572.617	9.568.600	12.271.451
Ativos financeiros para negociação	-	2.213	-	-	-	2.213
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	122.885	122.885
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	1.554.019	2.114.462	4.307.992	3.582.200	11.558.673
Operações compromissadas	-	-	-	572.238	-	572.238
Subtotal	7.541.653	1.896.108	2.904.820	6.452.847	13.273.685	32.069.113
Passivos						
Depósitos						
À vista	22.623	-	-	-	-	22.623
De poupança	3.166.741	-	-	-	-	3.166.741
Interfinanceiros	-	4.545.022	2.602.131	10.186.948	1.869.051	19.203.152
Interfinanceiros rurais	-	396.065	718.338	1.942.335	-	3.056.738
A prazo	-	4.639	3.596	7.810	245.891	261.936
Letras de Crédito do Agronegócio	-	107.641	76.061	-	219	183.921
Obrigações por empréstimos e repasses	-	226.868	266.814	387.608	1.469.079	2.350.368
Obrigações por operações compromissadas	-	1.315.354	2.144	26.040	-	1.343.538
Outros passivos	-	3.235.275	-	-	38.020	3.273.295
Subtotal	3.189.364	9.830.863	3.669.084	12.550.741	3.622.260	32.862.312
Ativos – Passivos (1)	4.352.289	(7.934.756)	(764.264)	(6.097.894)	9.651.425	(793.199)

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2015					Total
	Sem Vencimento	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	17.087	3.358.355	-	-	-	3.375.442
Depósitos compulsórios no Banco Central	226.077	-	-	-	-	226.077
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.593	215.462	312.116	1.341.762	7.192.130	9.078.063
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	107.751	107.751
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	2.110.524	1.489.831	3.165.605	3.792.588	10.558.317
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras	-	167.636	-	707.835	-	875.471
Subtotal	259.757	5.851.977	1.801.947	5.215.202	11.092.469	24.221.121
Passivos						
Depósitos						
À vista	19.916	-	-	-	-	19.916
De poupança	2.747.376	-	-	-	-	2.747.376
Interfinanceiros	-	2.897.689	1.583.684	6.799.285	2.224.594	13.505.252
Interfinanceiros rurais	-	495.670	258.354	1.664.772	-	2.418.796
A prazo	-	2.141	1.765	8.984	134.889	147.779
Letras de Crédito do Agronegócio	-	11.416	8.395	13.064	1.847	34.722
Obrigações por empréstimos e repasses	-	204.085	91.753	313.298	1.416.415	2.025.551
Obrigações por operações compromissadas	-	1.199.961	15.777	21.988	-	1.237.726
Outros passivos	-	1.744.781	-	-	47.761	1.792.542
Subtotal	2.767.292	6.555.743	1.959.728	8.821.391	3.825.506	23.929.660
Ativos – Passivos	(2.507.535)	(703.766)	(157.781)	(3.606.189)	7.266.963	291.461

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28.3 Risco de Mercado

a. Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é manter a exposição em níveis considerados aceitáveis, de acordo com o planejamento estratégico da Instituição e com os limites regulamentares.

A Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez (Gerim) é a área responsável pelo gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Bancoob.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados para identificação de fatores de risco, para classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), para mensuração do risco de mercado, para estabelecimento de limites de risco, para realização de testes de *stress* e verificação da aderência do modelo às suas premissas (*backtesting*).

São classificadas na carteira de negociação (*trading*):

- a) As operações com derivativos, exceto as operações de *hedge* da carteira de não negociação (*banking*);
- b) As operações relativas às aplicações em cotas de fundos de investimento; e
- c) As aplicações em mercadorias (*commodities*), em ações e em moedas estrangeiras.

As operações classificadas na carteira de não negociação (*banking*) são acompanhadas quanto à realização de vendas antecipadas com apuração de resultado diferente da curva do papel e sem que tenha havido necessidade de caixa (liquidez).

São classificadas na carteira de não negociação (*banking*) as demais operações que não atendam concomitantemente aos critérios de classificação da carteira de negociação (*trading*).

A carteira de não negociação (*banking*) é composta pelas carteiras de crédito, de títulos públicos federais, de títulos privados, de operações compromissadas (*over e open market*) e de operações de transferências de recursos das cooperativas, decorrentes da centralização financeira. Essas carteiras apresentam como principal característica a intenção da Instituição de manter as respectivas posições até o vencimento.

b. Metodologias

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

b.1. Value at Risk - VaR (Valor em Risco)

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o cálculo do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é utilizado o *Value at Risk* – VaR (Valor em Risco), que mede a perda máxima estimada para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado o intervalo de confiança estabelecido. O horizonte de tempo utilizado para o cálculo do VaR é de 252 dias úteis e o intervalo de confiança, 99%.

Para as exposições de risco de mercado RWA_{MPAD} (RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} , RWA_{JUR4} , RWA_{CAM} , RWA_{COM} e RWA_{ACS}) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil (Bacen).

Os limites para controle do risco de mercado são estabelecidos em função do Patrimônio de Referência (PR) que é calculado de acordo com as normas do Banco Central do Brasil e está apresentado conforme abaixo:

Limite de Risco de Mercado % do Patrimônio de Referência (PR)	
VaR Gerencial Consolidado - Diário (carteiras <i>banking</i> e <i>trading</i>)	1,0
Alocação de Capital Regulamentar para Risco de Mercado (Risco <i>banking</i> + Risco <i>trading</i>)	10,0

O nível médio de exposição ao risco de mercado na carteira do Bancoob em 2016 foi, em média, de 3,88% do PR.

b.2. VaR das Carteiras de Negociação (Trading) e Não Negociação (Banking)

Em 31/12/2016, o VaR diário da posição consolidada (Tesouraria e Crédito) fechou em R\$ 4.574 (2015 – R\$ 4.904), inferior ao limite de 1% do Patrimônio de Referência – PR (R\$ 11.680) (2015 – R\$ 10.181). As carteiras de Tesouraria e Crédito apresentaram o VaR diário de R\$ 481 e R\$ 4.977, respectivamente (2015 – R\$ 501 e R\$ 5.062, respectivamente).

O VaR de 252 dias úteis para a carteira *banking* formada pelas operações não classificadas em *trading*, fechou em R\$ 24.011 (2015 – R\$ 30.509). A carteira *trading*, operações com instrumentos financeiros detidas com intenção de negociação, fechou em R\$ 14.675 (2015 – R\$ 14.910). Portanto, o VaR consolidado (*banking* e *trading*) foi R\$ 39.616 (2015 – R\$ 45.419), abaixo do limite global para fazer frente a risco de mercado de R\$ 116.808 (10% do Patrimônio de Referência – PR) (2015 – R\$ 101.815, equivalente a 10% do Patrimônio de Referência – PR).

b.3. VaR das Posições Ativas e Passivas por Fator de Risco (Carteiras Banking e Trading)

31.12.2016				
Posição Ativa				
Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	VaR Marginal	Duration
CDI	7.274.439	180	(30)	250
DÓLAR	8.576	179	(720)	-
FUNDOS	6.458	-	-	663
IPCA	11.425	120	98	2.008
OVER	821.494	2	(1)	1

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

PRÉ	13.080.785	16.113	16.107	185
SELIC	8.415.451	261	(45)	806
TJLP	236.204	-	-	470
TR	66.082	53	41	241

Posição passiva				
Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	VaR Marginal	Duration
CDI	(20.131.219)	377	(49)	163
OVER	(748.475)	2	(1)	1
PRÉ	(4.587.733)	10.069	9.973	312
SELIC	(114.246)	2	-	16
TJLP	(226.346)	-	-	456
TR	(3.019.124)	2.256	1.811	194

31.12.2015

Posição Ativa				
Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	VaR Marginal	Duration
CDI	5.674.366	448	400	203
DÓLAR	16.224	464	(158)	0
FUNDOS	4.417	0	0	612
IPCA	9.158	65	44	1.654
OVER	495.994	0	0	1
PRÉ	9.051.248	13.184	13.173	238
SELIC	6.710.738	26	1	1.014
TJLP	302.512	258	7	486
TR	64.151	121	92	352

Posição passiva				
Fator de Risco	Posição (MaM)	VaR 1 du	VaR Marginal	Duration
CDI	(14.222.752)	154	(141)	189
OVER	(693.453)	-	-	1
PRÉ	(3.569.137)	7.276	7.160	278
SELIC	(56.930)	-	-	2
TJLP	(289.969)	243	6	477
TR	(2.622.372)	2.662	2.317	190

b.4. Teste de Stress

Para complementar o sistema de mensuração de risco com base no VaR, são realizados testes de *stress* regularmente, de forma a avaliar os impactos decorrentes de condições extremas de mercado sobre o valor das posições ativas e passivas.

As análises de sensibilidade estão incluídas nos testes de *stress*, por meio da utilização dos cenários, divulgados pela BM&FBovespa.

As metodologias aplicadas no cálculo de perdas em cenários de stress são:

- I. **Simulação Histórica** – reprecifica a carteira atual utilizando a pior variação mensal do mercado apurada no histórico dos últimos 10 anos.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

II. Cenários Econômicos – considera os cenários de alta e baixa disponibilizados pela BM&FBovespa, para avaliar a sensibilidade do risco dado à mudança de comportamento na taxa de juros.

III. Análise de GAP (Carteira de Crédito Rural) – compreende o fluxo de operações no âmbito dos Depósitos Interfinanceiros Rurais (DIR). A situação extrema considera a não renovação das captações (*funding*), tendo as aplicações que ser carregadas até o vencimento pelas taxas de mercado.

O indicador de Necessidade de Suporte (NS) para risco de mercado em situações de *stress* é calculado pela seguinte fórmula: NS (*Stress Mercado*) = *Máximo (Simulação Histórica; Cenários Econômicos; Análise de GAP)*.

31.12.2016		
Necessidade de Suporte (NS) = Máximo (BM&F; GAP; Simulação histórica)		
Necessidade de Suporte (NS)	(66.064)	
Cenários de Stress	Resultados Stress	Pior Data
1) Simulação Histórica	(57.152)	24/10/2008
2) Cenário BM&F de Alta 9999	(66.064)	
3) Cenário BM&F de Baixa 10000	60.626	
4) GAP - Carteira Crédito Rural	(20.685)	

31.12.2015		
Necessidade de Suporte (NS) = Máximo (BM&F; GAP; Simulação histórica)		
Necessidade de Suporte (NS)	115.334	
Cenários de Stress	Resultados Stress	Pior Data
1) Simulação Histórica	50.803	24/10/2008
2) Cenário BM&F de Alta 9999	47.369	
3) GAP - Carteira Crédito Rural	115.334	

O Limite de Suporte de *Stress* (LSS) para risco de mercado é de 30% (trinta por cento) do Patrimônio de Referência (PR). O LSS é gerencial e não implica em requerimento de capital regulamentar.

2016		
Limite de Suporte de Stress (LSS) - Risco de Mercado		
Carteiras <i>Banking e Trading</i>	Limite 30% (PR)	Situação
	350.425	Ok

2015		
Limite de Suporte de Stress (LSS) - Risco de Mercado		
Carteiras <i>Banking e Trading</i>	Limite 30% (PR)	Situação
	R\$ 305.445	Ok

b.5. Backtesting (Teste de Aderência do Modelo)

Para avaliar a eficiência de um modelo ao prever riscos, deve ser adotado um processo de validação, o qual objetiva avaliar a adequação das estimativas de risco às premissas utilizadas.

O processo de validação é realizado por meio da aplicação de *Backtesting*, que consiste de:

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i. Ferramenta estatística formal;
- ii. Apuração do nível de coerência entre as perdas estimadas pelo VaR e as perdas efetivamente verificadas no período de observação adotado (apura um erro quando a perda estimada pelo VaR for inferior a perda observada);
- iii. Periodicidade trimestral; e
- iv. Janela avaliada: 252 dias úteis.

Como as estimativas de VaR são realizadas com base na adoção de intervalos de probabilidade, o nível de eficácia de um modelo é apurado a partir do confronto entre o percentual de erros de estimativa verificados no *backtesting*, considerando o período histórico adotado, e o percentual de erros esperados. Quanto maior a diferença entre o percentual de erros esperado e o número de erros observados, menor a eficiência do modelo ao prever riscos.

29 Transações com Partes Relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional Nota 1, para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. Desta forma, mantém operações com as 17 cooperativas centrais e 505 cooperativas singulares integrantes do Sistema distribuídas em 26 estados brasileiros e o Distrito Federal.

A seguir estão demonstradas as operações do Bancoob mantidas com o Sicoob:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ativo	7.021.006	7.551.179
Empréstimos e recebíveis de clientes	7.015.352	7.545.113
Outros Ativos - Valores a receber	5.654	6.066
Passivo	26.919.992	14.062.676
Depósitos à vista	7.226.016	5.604
Depósitos interfinanceiros	18.956.713	13.453.842
Depósitos a prazo	89.550	23.133
Obrig. por Oper. Compr. – carteira própria	-	92.146
Obrig. por Oper. Compr. – carteira de terceiros	621.403	467.908
Outras Obrig. – Comissões a pagar – Credconsignado	1.600	2.305
Outras Obrig. – Valores a pagar – <i>Del credere</i>	18.014	14.734
Valores a pagar – Tarifas de recebimentos de convênios	6.696	3.004
Receitas	691.309	573.956
Receitas com juros e similares - Empréstimos e recebíveis (Nota 5)	509.453	415.130
Receitas de tarifas e comissões (Nota 6)	177.129	157.826
Outras receitas operacionais (Nota 7)	4.727	1.000
Despesas	2.467.251	1.896.775
Despesas com juros e similares - Captação (Nota 5)	2.270.162	1.759.260
Outras despesas operacionais (Nota 9)	197.089	137.515

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos mantidos em contas que se referem às transações entre o Bancoob e suas empresas controladas, são eliminados na consolidação das demonstrações contábeis.

A Instituição realiza transações com as partes relacionadas, tais como, aplicações em operações compromissadas, depósitos em conta corrente, remunerados e não remunerados, empréstimos e recebíveis, operações de cartão de crédito e contratos de prestação de serviços.

b. Empresas Controladas

	Bancoob DTVM		Bancoob PAR		Cabal		Consórcio Ponta	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Passivo	3.801	1.740	487	4.431	35.313	7.721	17.339	11.353
Depósitos à vista	6	67	2	-	2.728	3.173	8	8
Depósitos a prazo	3.795	1.673	485	4.431	26.928	4.548	17.336	11.345
Valores a pagar	-	-	-	-	5.657	-	-	-
Despesas	232	241	31	431	19.784	1.613	1.228	709
Despesas de captação	232	241	31	431	380	1.613	1.102	709
Despesas administrativas	-	-	-	-	19.404	-	126	-

c. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Abaixo estão descritas as despesas com remunerações e demais benefícios relacionados ao Pessoal-Chave da Administração do Bancoob e empresas controladas, e registradas na rubrica de Despesas com Pessoal, quais sejam: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva:

	2016	2015
Encargos	2.621	2.424
Honorários	9.511	8.404
Planos de aposentadoria e pensão	442	210
Seguros	143	154
Total	12.717	11.192

Não é prática adotada pelo Bancoob pagar remuneração variável com base em ações aos seus colaboradores ou aos membros dos conselhos e diretoria.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Instituição não concede empréstimos aos diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria em razão de proibição expressa às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

30 Outras Divulgações

a. Acordos de Compensação entre Ativos e Passivos com Mesma Instituição Financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão apresentados no balanço patrimonial consolidado nas respectivas rubricas relacionadas aos instrumentos, no ativo e no passivo devido à intenção da administração em não liquidá-los em bases líquidas. Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	31.12.2015		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	3.035.101	2.656.785	378.316

Descrição	31.12.2015		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	2.891.770	2.228.532	663.238

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Participação nos Lucros

O Bancoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No exercício de 2016, foi reconhecido no resultado o valor de R\$ 8.830 (2015 – R\$ 7.729), registrado em Despesas com Pessoal.

d. Alterações na Legislação Tributária

Em maio de 2015, foi publicada Medida Provisória nº 675/15 (posteriormente convertida na Lei nº 13.169/15), a qual majorou a alíquota da CSLL para as instituições financeiras em 5%, a partir do mês de setembro.

Desta forma, o BANCOOB, em conformidade com a legislação passou a calcular a contribuição (e o respectivo crédito tributário) a alíquota de 20%.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Medida Provisória nº 627 (MP 627), foi convertida na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, alterando a Legislação Tributária Federal sobre os tributos IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

As duas principais alterações trazidas pela Lei foram:

- Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- Alteração do conceito de faturamento.

O Bancoob já havia adotado o novo conceito de faturamento, com isso a Lei não trouxe impacto relevante para a Instituição.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Henrique Castilhano Vilares - Presidente do Conselho
Geraldo Souza Ribeiro Filho - Vice-Presidente do Conselheiro
Ivan Capra - Conselheiro
Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro
José Salvino de Menezes - Conselheiro
Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro
Manoel Messias da Silva - Conselheiro
Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro
Rui Schneider da Silva - Conselheiro

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Ênio Meinen - Diretor
Ricardo Simone Pereira - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O - S - DF

Relatório da Administração

1. Cenário Macroeconômico

Importantes transformações e eventos marcaram o ano de 2016, tanto no âmbito doméstico como no contexto internacional. No Brasil, a mudança de governo abriu espaço para uma reorientação da política econômica, com a retomada de uma agenda reformista e a busca pelo reequilíbrio das contas públicas. Embora os efeitos sobre a economia real não apareçam no curto prazo e a legitimidade do atual governo e sua continuidade ainda suscite dúvidas em alguns setores do mercado a alteração dos rumos foi refletida na recuperação dos ativos brasileiros, após um período de fortes turbulências e perdas. No exterior, o ano de 2016 manteve o desempenho econômico moderado na maior parte das regiões, enquanto nos mercados prevaleceu um ambiente positivo, a despeito de dois eventos não precipitados até sua véspera: o *Brexit* no Reino Unido e a vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos.

No Brasil, 2016 ficou marcado pela mudança dos rumos na condução do País, com a posse de Michel Temer. A escolha de uma equipe econômica bem avaliada pelos mercados foi seguida de indicações de uma completa reorientação da agenda, na direção da retomada das diretrizes do Tripé Macroeconômico e da realização de reformas estruturais de âmbito fiscal. Com isso, a resposta dos ativos brasileiros foi muito positiva, com valorização do real e das ações de empresas, recuo do risco-país e dos juros futuros, bem como a melhora dos índices de confiança. Entretanto, diante do quadro fiscal crítico e da situação financeira negativa de famílias e empresas, a economia real não forneceu sinais de melhora ao longo do segundo semestre. A recessão permitiu o recuo da inflação, que por sua vez abriu espaço ao Banco Central para iniciar um processo de afrouxamento monetário em outubro.

O mercado de trabalho, que tradicionalmente reage com defasagem aos ciclos de atividade, sentiu de maneira mais intensa os reflexos da forte recessão iniciada em 2015. A taxa de desocupação, medida pela PNAD contínua, encerrou o ano em 12%, com uma taxa média de 11,5% em 2016 – bem acima da taxa média de 8,5% registrada em 2015. Porém, houve sinais de que o ritmo de piora foi atenuado ao longo do ano. De acordo com números do Caged, do Ministério do Trabalho, foram fechados 1,3 milhão de postos formais de trabalho em termos líquidos em 2016, perda inferior à observada no ano de 2015, quando 1,7 milhão de empregos formais foram perdidos. De todo modo, o desempenho do mercado de trabalho foi amplamente negativo, o que resultou em perdas reais de renda média (-2,3% no ano) e massa salarial (-3,5%) dos trabalhadores.

Após apresentar uma contração de 3,8% em 2015, o PIB cedeu 4% nos três primeiros trimestres de 2016, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nesta base de

Relatório da Administração

comparação, todos os componentes da demanda interna exibiram quedas, com destaque para os investimentos (-11,6%). O consumo das famílias (-4,7%) e o consumo do governo (-0,7%) também seguiram a mesma direção, enquanto apenas as exportações líquidas contribuíram positivamente para o PIB, diante da alta de 5,2% das exportações e do forte recuo de 13,1% das importações. Entre os setores de atividade, também houve baixas generalizadas, com destaque para o setor agropecuário (-6,8%), afetado por problemas climáticos. Indústria (-4,3%) e Serviços (-2,8%) também exibiram performance negativa. Especificamente no 3º trimestre, a queda do PIB já se mostrou mais contida (-2,9%), mas ainda assim substancial.

As vendas no varejo restrito recuaram 6,4% nos 11 primeiros meses do ano, enquanto o indicador que mede o comércio ampliado (que inclui as vendas de veículos e materiais de construção) cedeu 8,8% no período. Além da citada deterioração do mercado de trabalho, que derruba a renda e a confiança das famílias, outro limitador para o consumo foi o mercado de crédito. As concessões de crédito livre às pessoas físicas em 2016 recuaram 0,6% em termos nominais, mas ao excluir o efeito inflacionário o recuo real atingiu 8,7%. Ou seja, não houve impulso do crédito para fomentar o consumo. Quanto aos níveis de inadimplência, no caso das pessoas físicas, a taxa finalizou 2016 em 6%, ligeiramente abaixo do fechamento de 2015 (6,2%). Já no caso das pessoas jurídicas, que enfrentam graves dificuldades de caixa, a inadimplência subiu de 4,5% para 5,2%, mas vale destacar o recuo desde o pico registrado em outubro (5,6%).

Um dos reflexos positivos do quadro recessivo foi o recuo consistente da inflação. O IPCA fechou 2016 com variação de 6,29%, dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação (teto de 6,5%) e bem distante da expressiva alta de 10,67% observada em 2015.

Neste cenário mais benigno para a inflação, o Banco Central iniciou um processo de redução da taxa básica de juros, com dois cortes consecutivos de 25 pontos-base nas reuniões de outubro e novembro. Com isso, a taxa Selic encerrou o ano de 2016 em 13,75% a.a., em um processo que ganhou intensidade no início de 2017 e que deve persistir ao longo do ano. Cabe salientar que, diante do recuo da inflação, os juros reais exibiram uma forte elevação nos últimos meses.

O desempenho das contas públicas permaneceu como o elemento mais crítico do quadro econômico brasileiro. A forte recessão manteve a tendência de baixa das receitas totais, que recuaram 3,1% em termos reais. O programa de repatriação de recursos do exterior impediu um recuo ainda maior, diante da arrecadação de R\$ 46,8 bilhões através da cobrança de

Relatório da Administração

impostos e multas. Do lado das despesas, a redução real foi de apenas 1,2%, tendo em vista que boa parte dos gastos são obrigatórios. Vale destacar a piora acentuada das contas da previdência social, cujo déficit saltou de R\$ 94,8 bilhões em 2015 para R\$ 152,2 bilhões em 2016, praticamente a totalidade do déficit do governo central no ano passado (R\$ 155,5 bilhões). No caso dos números consolidados, que incluem os governos regionais e estaduais, o déficit primário atingiu R\$ 155,8 bilhões, resultado levemente melhor que a meta fiscal estabelecida pelo governo (-R\$ 163,9 bilhões) e que representou 2,5% do PIB (de 1,85% do PIB em 2015). Considerando a elevada despesa com juros (6,5% do PIB), o déficit nominal atingiu 8,9% do PIB no ano passado. Apesar de muito elevado, foi inferior ao déficit de 10,2% do PIB registrado em 2015.

No campo político, a aprovação da PEC que limita o crescimento dos gastos públicos por 20 anos e o encaminhamento da reforma da previdência foram aspectos muito positivos, favorecendo a melhora do ambiente econômico.

Neste contexto, os ativos brasileiros exibiram melhora substancial. O CDS de 5 anos do País encerrou o exercício em torno de 280 pontos, bem abaixo dos picos superiores a 500 pontos observados no início de 2016, antes do avanço do processo de *impeachment*. Este comportamento se materializou na taxa de câmbio, que encerrou o ano em R\$ 3,26/US\$, também distante dos patamares superiores a R\$ 4,00/US\$ verificados em janeiro e fevereiro. Neste caso, o real também contou com um impulso inesperado da reação dos preços das *commodities* ao longo do segundo semestre do ano, que afetou itens importantes da pauta brasileira, como minérios e açúcar. Nem mesmo os focos de tensão externa, envolvendo o *Brexit* e a eleição de Donald Trump, foram capazes de conter a expressiva valorização cambial. Sob tal contexto, o Banco Central aproveitou para reduzir drasticamente a posição de *swaps* cambiais, de US\$ 108 bilhões no final de 2015 para US\$ 26 bilhões no final de 2016. Ainda no âmbito dos mercados, a Bovespa também respondeu positivamente à mudança na condução do país e da economia, favorecida também pela recuperação das *commodities*. O fechamento do índice em 60.227 pontos representou um ganho nominal de 38,9%, após três anos consecutivos de baixa.

As contas externas sustentaram o expressivo ajuste iniciado no ano de 2015, movimento proporcionado pelo quadro fortemente recessivo e pela manutenção de uma taxa de câmbio mais depreciada em parte do ano, principalmente no primeiro semestre. Com isso, o déficit em transações correntes fechou 2016 em apenas US\$ 23,5 bilhões, o mais baixo desde 2007, quando ainda houve um ligeiro superávit na conta corrente. O resultado ganha mais destaque quando comparado com os números registrados em 2015 (-US\$ 58,8 bilhões) e

Relatório da Administração

2014 (-US\$ 104,1 bilhões). A balança comercial forneceu uma contribuição importante ao ajuste, com superávit recorde de US\$ 45,0 bilhões na metodologia do Banco Central, bem acima do saldo registrado no ano anterior (US\$ 17,6 bilhões). Porém, as despesas com serviços e as remessas de lucros também recuaram substancialmente, refletindo a combinação da forte contração econômica e o dólar mais apreciado nos primeiros meses do ano.

No contexto internacional, o ano de 2016 teve a continuidade do crescimento moderado das economias maduras e do ritmo forte na China, mas o destaque ficou para dois eventos políticos de grande relevância. Em junho, a aprovação da saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), que representou um primeiro golpe ao processo de integração econômica, não apenas na região, mas em termos globais. E em novembro a surpreendente vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, que amplificou este contexto de incertezas, com sua agenda protecionista e anti-imigração.

Nos Estados Unidos, a economia trouxe sinais mistos, embora a leitura geral tenha permanecido benigna. O crescimento do PIB foi de 1,6%, bem inferior ao ritmo de 2015 (2,6%). Porém, o desempenho modesto foi gerado por um esfriamento no início do ano, sendo que a atividade recuperou intensidade ao longo do segundo semestre. O mercado de trabalho manteve-se aquecido ao longo do período, com a criação de 2,1 milhões de empregos líquidos. Com isso, a taxa de desemprego finalizou o ano em 4,7%, abaixo da taxa de 5% registrada no final de 2015. Na política monetária, o crescimento mais baixo pesou nas decisões do *Federal Reserve* ao longo do ano, que preferiu elevar a taxa de juros apenas na reunião de dezembro.

No caso da China, o crescimento de 6,7% em 2016 sinalizou que o governo segue firme em sua política de estímulos, a fim de fornecer suporte à atividade. Entretanto, persiste a visão de que tal padrão não é sustentável no médio prazo, tendo em vista a impossibilidade de manter a expansão demasiada do crédito vista nos últimos anos e os desequilíbrios econômicos que ainda precisam ser equacionados. O país segue na tentativa de equilibrar a necessidade de mudar o modelo, na direção de um maior consumo doméstico, com a manutenção de um crescimento no curto prazo que impeça o aumento do desemprego.

Em resumo, o ano de 2016 foi marcado por fortes ruídos políticos e econômicos no Brasil, que resultaram na mudança do comando do país e na indicação de uma nova direção para a política econômica. Os ajustes em curso, que incluem a aprovação de uma importante lei que limita o crescimento dos gastos públicos, reabriram a possibilidade de uma retomada do

Relatório da Administração

crescimento econômico a partir de 2017, mesmo que o ritmo tenda a ser muito gradual. A demanda agregada continuará fragilizada pelo consumo das famílias, diante da deterioração do mercado de trabalho e do crédito restrito, e pela necessidade de aperto fiscal. Já os investimentos devem voltar a crescer, porém em ritmo lento em virtude da elevada ociosidade existente na indústria e das dificuldades para reativar rapidamente o segmento de infraestrutura. O cenário para os próximos meses mostra-se mais promissor, com a incipiente melhora da confiança dos agentes, a expectativa de gradual recuperação da atividade, queda da inflação e corte na taxa de juros, prêmios de risco mais baixos e ativos domésticos mais valorizados em relação ao padrão recente e, principalmente, com uma condução responsável da economia e o encaminhamento de reformas importantes.

2. Bancoob

Fundado em 1996, pelas entidades filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), o Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) - banco múltiplo com carteiras comercial e imobiliária - integra o conglomerado formado pela Cabal Brasil Ltda., pelo Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, pela Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e pelo Bancoob Participações em Seguridade S.A. – Bancoob Par Seguridade (que detém 50% de participação nas atividades da Sicoob Seguradora). O Bancoob também é fundador e patrocinador da Fundação Sicoob Previ. Essas empresas viabilizam soluções financeiras nos segmentos de cartões, fundos de investimento, consórcios, previdência complementar e seguros.

Com o propósito de agregar competitividade ao Sicoob, o Bancoob atua de forma a impulsionar melhores retornos para as cooperativas e seus cooperados. No ano de 2016, o banco promoveu avanços importantes em relação aos produtos, com a disponibilização da operação de crédito imobiliário, a autorização da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para iniciar suas operações de seguros e com o lançamento dos aplicativos “SicoobCard Mobile” e “Sicoob Minhas Finanças” para canais de atendimento digital. Também consolidou a expansão no mercado de adquirência chegando a 100 mil lojistas utilizando a marca Sipag - Soluções Integradas de Pagamento, por meio da qual foram capturados mais de R\$ 6,5 bilhões em vendas.

No primeiro semestre de 2016 a instituição teve seu Rating Nacional de Longo Prazo ratificado pela Fitch Ratings em "AA-", com perspectiva de estabilidade, refletindo seus

Relatório da Administração

excelentes índices de qualidade de ativos, os adequados resultados operacionais e a manutenção da boa liquidez.

3. Performance

O Bancoob encerrou 2016 com ativos totais consolidados de R\$ 34,45 bilhões, aumento de 37,03% em relação ao ano anterior, destacando-se:

a. Ativos financeiros disponíveis para venda

Com montante de R\$ 12,27 bilhões em 2016, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição preponderantemente (LFTs), o que equivale a 67,79% do total.

b. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento”, no valor de R\$ 122 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

c. Empréstimos e recebíveis de clientes

A carteira de crédito totalizou R\$ 11,56 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 9,89% em relação a 2015. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES - com uma expansão de 9,58% -, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural.

As operações realizadas com recursos próprios apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 525,98 milhões, aumento de 33,36% em relação a 2015.

d. Operações de cartões

O segmento de cartões, que encerrou o exercício com 1,2 milhão de plásticos com limite, registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 16,4 bilhões no período, um crescimento de 43% em relação ao ano anterior. No mesmo intervalo, o mercado teve um crescimento em torno de 10%.

A expansão da base de cartões junto aos sistemas cooperativos parceiros contribuiu com cerca de 20% dessa movimentação financeira do período.

e. Depósitos

Os depósitos totais consolidados alcançaram, em 2016, o valor de R\$ 25,71 bilhões, um aumento de 36,38% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando a confiança no Bancoob como gestor das disponibilidades de caixa do Sicoob.

Relatório da Administração

A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 3,17 bilhões, um crescimento de 15,26% em relação a 2015 - enquanto no mercado houve redução de mais de R\$ 40 bilhões no ano.

f. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano 265.124.429 documentos, número 9,41% superior ao do exercício anterior.

g. Novos convênios

No ano de 2016, novos convênios corporativos de arrecadação foram adicionados ao portfólio do Sicoob, que encerrou o exercício com 471 parcerias. Merece destaque a formalização dos acordos com a CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S/A, Gás Natural Fenosa SP e Ceg Rio - Gás Natural, e convênios diversos firmados com concessionárias de serviços, tais como a SAAE Barretos SP, Litoral Saneamento SC, Casal AL, Águas de Pará de Minas, SAAE Bananal ES, CHESP GO, Prefeitura de Manaus AM, Amazonas Energia AM, Detran TO, Detran RO e CEMAR MA, dentre outros.

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Relatório da Administração

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes Políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado. Tais Políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
- b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- c) limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- f) planos de contingência.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) limite mínimo de liquidez;
- b) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
- c) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- d) planos de contingência de liquidez.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e às Circulares BC 3.678/2013 e 3.748/2015, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c. Risco de crédito

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009, atuando na

Relatório da Administração

padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito do tomador, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a sua aderência à condição econômico-financeira do tomador. Realiza ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento destas operações.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- i) limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Relatório da Administração

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

5. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna. Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

6. Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 alcançou o montante de R\$ 1,38 bilhão, o que representa um crescimento de 26,61% em relação ao ano anterior.

O lucro líquido no exercício foi de R\$ 168,38 milhões, com retorno anualizado de 14,42% sobre o patrimônio líquido médio do ano.

7. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela parceria no cumprimento dos objetivos sistêmicos; e aos colaboradores do Bancoob, pela dedicação e compromisso.

A Administração

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e Cabal Brasil Ltda.
3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Independente:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS); e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no exercício de 2016, 12 reuniões ordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis (IFRS), avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS);
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de liquidez e de crédito; prevenção à lavagem de dinheiro e gestão de continuidade de negócios; e
 - f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gestão de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No exercício de 2016 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria (IFRS)

9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados à gestão de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Independente

10. Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2016.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e da demonstração da posição financeira consolidada, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2016 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Bancoob naquela data.

Brasília, 13 de março de 2017.

Rubens Rodrigues Filho
Coordenador

Ênio Meinen

Ricardo Simone Pereira

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referentes ao exercício findo em 31/12/2016, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers –, declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) examinadas.

Brasília – DF, 14 de março de 2017.

Luciano Olimpio Guimarães
Conselheiro Presidente

Jaqueline Azevedo Gomes
Conselheira Secretária

Hermes Barbieri
Conselheiro efetivo

Marcelo Martins
Conselheiro efetivo

Garibalde Mortoza Júnior
Conselheiro efetivo

Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

***Demonstrações contábeis consolidadas em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



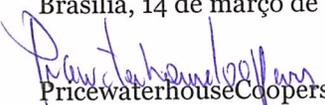
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

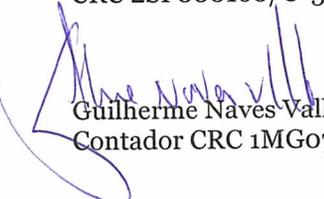
continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 14 de março de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MGO70614/O-5 “S” DF